

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**A FAMÍLIA EM TRANSFORMAÇÃO: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA
CRIANÇA EM DUAS DISTINTAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES**

Dissertação de Mestrado

GABRIELA SEBEN

Prof^ª Dr^ª. Maria Lucia Tiellet Nunes
Orientadora

Porto Alegre,
Outubro de 2010

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

GABRIELA SEBEN

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Clínica.

Prof^a. Dr^a. Maria Lucia Tiellet Nunes

Orientadora

Porto Alegre,
Outubro de 2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S443f Seben, Gabriela

A família em transformação: aspectos psicossociais da criança em duas distintas configurações familiares / Gabriela Seben. Porto Alegre, 2010.

65f.

Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Faculdade de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PUCRS, 2010.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Maria Lucia Tiellet Nunes.

1. Psicologia. 2. Psicologia do Desenvolvimento Humano. 3. Configurações Familiares. 4. Papeis Parentais. 5. Desenvolvimento Infantil. I. Nunes, Maria Lucia Tiellet. II. Título.

CDD 155

Bibliotecária Responsável

Isabel Merlo Crespo

CRB 10/1201

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Gabriela Seben

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Lucia Tiellet Nunes

Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Olga Garcia Falceto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^ª. Dr^ª. Silvia Pereira da Cruz Benetti

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

O animal espreita o entardecer e
prepara o voo
que desvelará para seus olhos
os guetos da cidade imersa em
sombas.
Da visão primordial,
o animal engendrará visões
de sujas esquinas,
oblíquos becos
e escusas transversais.
O animal adivinhará as tramas
e as falas interditas aos inocentes.
Voará.
Voa agora.
Ele tem a visão.

Cássia Pinto

Ao Gabriel, com muito amor.

AGRADECIMENTOS

É com muita admiração que agradeço a todas as pessoas envolvidas direta e indiretamente na composição deste trabalho:

À Professora e Orientadora Maria Lúcia Tiellet Nunes, a quem admiro pela inteligência, experiência e generosidade. Sou grata pelos seus ensinamentos como professora, pesquisadora e também como pessoa.

Às colegas Adriana Sylla Pereira Santos, Andrea Kotzian Pereira e Gisele Vieira Ferreira que iniciaram comigo este processo e que agora também se encaminham para o final do mestrado, agradeço pelo apoio, companheirismo e pelas trocas constantes durante esta caminhada. Obrigada também às colegas que seguem trilhando este mesmo caminho, Elisa Bochernitsan e Carolina Diesel Konrat.

Às mestres Cristine Boaz e Luciane Kruse, pelo exemplo e pelo imenso carinho.

A todos os integrantes do grupo de pesquisa “Formação, Avaliação e Atendimento em Psicoterapia Psicanalítica” que colaboraram com ideias e com seu conhecimento. Sou grata aos bolsistas de iniciação científica Cristiane Friedrich Feil, Rafele Medeiros Paniagua e Rodrigo Luis Bispo de Souza e às novas bolsistas Laura Zaslavsky e Julia Subtil Tussi, por todo auxílio prestado e pela dedicação com que realizam seu trabalho.

Aos colegas e professores do Instituto da Família de Porto Alegre (INFAPA), por me ensinarem a compreender e a pensar sobre as famílias. Sem dúvida este aprendizado me possibilitou adquirir ferramentas para promover a saúde mental, me proporcionando um incomensurável crescimento, tanto profissional como pessoal. Meus sinceros agradecimentos a todos vocês!

À minha família, que se apresenta dentre as distintas configurações familiares.

Às minhas grandes amigas pelas quais tenho grande admiração: Marina Camargo, Simone Z. Heissler e Indira Bolsoni Pinheiro, pela compreensão, presença, apoio e, acima de tudo, por me incentivarem e acreditarem em mim. Vocês são minhas irmãs. Obrigada sempre!

SUMÁRIO

RESUMO	09
ABSTRACT	10
APRESENTAÇÃO	11
I - ESTUDO DE REVISÃO DA LITERATURA: Aspectos Psicossociais da criança frente às transformações nas configurações familiares.....	15
.	
II - ESTUDO EMPÍRICO Crianças oriundas de famílias monoparentais e biparentais: avaliação de diferenças psicossociais.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO	62

RESUMO

A presente dissertação é composta por dois estudos, seguindo as normas do programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. O primeiro deles é uma revisão de literatura **intitulada “Aspectos Psicossociais da criança frente às transformações nas configurações familiares”**, que teve como principais objetivos: 1) examinar conceitos encontrados na literatura quanto à família e às transformações ocorridas, 2) abordar aspectos psicossociais do processo de desenvolvimento infantil, 3) discutir possíveis diferenças psicossociais existentes entre crianças que vivem em configurações familiares distintas, 4) analisar como são exercidos os papéis parentais por homens e mulheres no contexto familiar e suas implicações para o desenvolvimento da criança. Para este estudo, foram realizadas buscas bibliográficas às bases de dados SciELO, Lilacs, PsycInfo e IndexPsi, para verificar as pesquisas existentes em âmbito nacional acerca dos objetivos acima mencionados. Trata-se de um tema que merece atenção por ser gerador de mitos e idéias preconcebidas diante das possíveis causas de um modelo familiar distinto dos padrões tradicionais para a criança em desenvolvimento. Quanto às pesquisas que versam sobre as atribuições dos papéis parentais, observou-se um maior número de estudos envolvendo a figura materna, o que demonstra que, mesmo que reconhecido o papel do pai para a formação primordial da criança, ainda figura um foco na díade mãe-criança como objeto principal de investigação científica. Com relação às possíveis diferenças psicossociais entre crianças de distintas configurações familiares, a literatura, de modo geral, afirma que as mesmas estão mais associadas ao tipo de vínculo e de cuidado que a criança alcança no ambiente familiar do que ao tipo de específico de configuração ao qual pertence. Observa-se que situações de transição costumam gerar algum tipo de crise, porém, os estudos não trazem dados conclusivos quanto às conseqüências diretas para a criança que vivencia este processo. O segundo estudo, intitulado **“Crianças oriundas de famílias monoparentais e biparentais: avaliação de diferenças psicossociais”** teve como objetivo verificar se o fato de a criança ser proveniente de uma configuração familiar em que estão presentes ambos os pais (modelo de família biparental) ou de uma família formada apenas pela mãe e a criança (família monoparental) gera alguma diferença quanto aos aspectos psicossociais do seu desenvolvimento. Foram avaliados fatores sociodemográficos, tais como sexo, idade e configuração familiar; e psicossociais, que se referem ao comportamento (relatado através do instrumento CBCL – *Children Behavior Check List*), à conflitiva edípica (Lâmina 8 do Teste das Fábulas), e ao desenvolvimento cognitivo (Desenho da Figura Humana) das crianças. Este estudo foi realizado à luz da literatura psicossocial e de gênero; que aborda particularidades entre meninos e meninas tanto em relação às possíveis diferenças comportamentais, como acerca dos aspectos do desenvolvimento cognitivo; e da literatura psicanalítica, que trata desde a influência dos papéis executados pelas figuras parentais, até os processos de separação-indivuação e o Complexo de Édipo, tarefas evolutivas necessárias para a constituição do psiquismo e para o desenvolvimento da personalidade da criança.

Palavras-chave: Configurações familiares, papéis parentais, desenvolvimento infantil.

Área conforme classificação do CNPq

7.07.00.00-1 (Psicologia)

Sub-área conforme classificação CNPq

7.07.07.00-6 (Psicologia do Desenvolvimento Humano)

CHILDREN FROM BIPARENTAL UPRAISING AND SINGLE PARENT FAMILIES: COMPARATIVE PSYCHOSOCIAL EVALUATION

ABSTRACT

This dissertation is organized in two different studies, following the rules set by the Graduate Program in Psychology at PUCRS. The first is a literature review entitled “**Psychosocial aspects of child related to changes in family configurations**” and has four main goals: 1) to examine concepts found in the literature regarding the family and its transformations; 2) to approach psychosocial aspects in children’s growth; 3) to discuss differences between children in different family configurations; 4) to analyze parental roles in family configurations and their influence over children’s development. In order to fulfill such goals literature search on SciELO, Lilacs, PsycInfo e IndexPsi databases were performed to obtain articles about the mentioned themes. □Such issue deserves attention for being the origin of myths and preconceived ideas about possible influences of family configurations on child development. Regarding to parental roles, studies about the mothers are more often. It is an indication that the mother-child relation attracts more scientific attention compared with the role played by the father regarding children’s growth. About possible differences between children from different family configurations, literature points out those differences are more related to the bounding and care that the children get from their families than to any given family configuration. It’s possible to observe that every transition may result in some kind of crisis, but there are few studies about how such crisis may influence children. The second study, entitled “**Children from biparental upbringing and single parent families: comparative psychosocial evaluation**”, had as objective to examine if different family configurations (nuclear family X single mother family) affect the children psychosocial development. Socio-demographic aspects, such as gender, age and family configuration, and psychosocial aspects, regarding to behavior (as reported in CBCL – *Children Behavior Check List*), Oedipus conflict (using a specific projective test), and the cognitive development (Human Figure Drawing) of the children’s were collected. This study was performed taking as reference gender literature, particularities of development between boys and girls, behavior and cognitive development; and psychoanalytic literature, which analyzes the influence of the roles performed by parental figures, regarding the processes of separation-individuation and the Oedipus complex, necessary for the constitution of the psyche and the personality development of children.

Keywords: family configuration, parental roles, children development.

APRESENTAÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado foi desenvolvida no grupo de pesquisa “Formação, Avaliação e Atendimento em Psicoterapia Psicanalítica”, coordenado pela professora Maria Lúcia Tiellet Nunes, no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

O tema central desta dissertação é a investigação da possibilidade de haver diferenças psicossociais em crianças pertencentes a duas configurações familiares distintas. Para tal objetivo, o assunto “família” foi amplamente pesquisado na literatura nacional, sobretudo no que diz respeito às modificações ocorridas neste âmbito. Além disso, foram analisados aspectos do desenvolvimento infantil através das variáveis comportamento (CBCL, *Children Behavior Check List* – Achenbach, 2001), desenvolvimento cognitivo (Desenho da Figura Humana – Wechsler, 2003) e presença ou ausência de conflitiva edípica (Lâmina 8 do Teste das Fábulas – Cunha & Nunes, 1993) em crianças pertencentes a famílias nucleares do tipo monoparental e biparental. Especificamente, buscou-se comparar crianças que coabitam com ambos os pais a crianças que vivem apenas com a mãe, a fim de visualizar se, estar em um ou outro contexto familiar referido pode interferir diretamente em seu processo de desenvolvimento.

O interesse por este estudo originou-se da prática clínica, a partir do trabalho em psicoterapia realizado com famílias. A valorização do papel da família como promotora de saúde ou de doença entre seus membros oportuniza tanto a integração mental quanto a ocorrência de sintomas disfuncionais (Sei, Souza & Arruda, 2008). São muitos os temas que reúnem o grupo familiar para um processo de psicoterapia. Em especial, ao observar as diversas famílias que buscam por atendimento por apresentarem demandas referentes a situações de transição, rupturas, divórcios, perdas, dentre outros motivos, é possível entender a extrema importância de um trabalho de reorganização familiar, sobretudo quando existem crianças envolvidas neste processo. É freqüente que a criança seja designada a um processo terapêutico por apresentar queixas advindas do lar ou da escola, relativos à sua situação emocional, à queda no desempenho escolar ou às mudanças de comportamento. Em algumas situações, ocorre que a criança atua como porta-voz do sintoma da família. Nestes casos, em que a “doença” da família é o sintoma

da criança, torna-se necessário incluir os pais e demais familiares no processo psicoterapêutico.

Outro aspecto que despertou interesse por esta pesquisa diz respeito aos inúmeros estudos realizados sobre as diferentes configurações familiares, que surgiram mais fortemente no Brasil a partir da oficialização do divórcio, em 1977 e, posteriormente, em 1988, da possibilidade de união estável e recasamento (Brasil, 1997; 1988). Estas novas formas de reagrupamento trouxeram dúvidas acerca do bem-estar psicológico das crianças envolvidas neste tipo de transição, visto que as mesmas passariam por períodos de crise extensa. Considerava-se a presença das figuras parentais como principal meio para uma evolução mais sadia da criança em termos psicossociais. Porém, ainda que o seja, sabe-se hoje que as atribuições simbólicas das funções parentais não são estáticas, podendo, inclusive, ser exercidas por outros membros de dentro ou de fora da família. Além disso, ocorreram mudanças quanto aos papéis sexuais, possibilitando “trocas”: o pai pôde se aproximar afetivamente dos filhos, enquanto as mulheres, inseridas no mercado de trabalho, assumiram mais fortemente o papel de provedoras do lar.

Winnicott (1960/1997) atribui à família o papel de responsável pela formação e desenvolvimento saudável de seus integrantes. Porém, nem sempre é possível vivenciar uma atmosfera saudável e acolhedora no lar, devido a possíveis situações disfuncionais e adversas, determinadas pela cultura, por uma situação socioeconômica desfavorável, por crises entre os cônjuges ou entre pais e filhos, dentre outras.

Entretanto, sabe-se que é na família que a criança constitui-se primordialmente, sobretudo através dos primeiros vínculos estabelecidos com os seus cuidadores (Winnicott, 1960/1997). A partir daí, ela passa a ter condições para manter vínculos sociais, que lhe servem como base para o estabelecimento de novos relacionamentos, caminhando para o desenvolvimento de sua personalidade.

Deste modo, a presente Dissertação é composta por um estudo de revisão de literatura e um estudo empírico, de acordo com a Resolução nº. 002/2007, de 06/11/2007, do Programa de Pós Graduação em Psicologia, que se refere à exigência de elaboração de um estudo de revisão de literatura pertinente ao tema a ser pesquisado e, pelo menos, um estudo decorrente de pesquisa empírica sobre o mesmo tema.

O estudo de revisão de literatura é intitulado **“Aspectos Psicossociais da criança frente às transformações nas configurações familiares”** e tem por objetivo discutir as mudanças ocorridas ao longo dos anos nos modelos familiares observados no contexto sociocultural brasileiro, o modo como estas transições incidem sobre os papéis

parentais e, ainda, busca-se observar as particularidades do processo de desenvolvimento da criança. Este estudo visa a discutir a existência de possíveis diferenças entre crianças que vivem com ambos os pais, nos modelos de família nuclear biparental, e as crianças que coabitam apenas com a mãe, nas famílias denominadas monoparentais, considerando que a literatura atribui à família e, sobretudo, aos primeiros vínculos da criança, a responsabilidade por um desenvolvimento psicossocial sadio. Para compor os dados necessários para a compreensão dos assuntos propostos, foram realizadas buscas bibliográficas e nas bases de dados SciELO, Lilacs, IndexPsi e PsycInfo, a fim de verificar os estudos encontrados sobre os temas escolhidos. Pode-se constatar que são inúmeras as pesquisas que tratam sobre a família e a importância dos papéis parentais para a formação e desenvolvimento da criança. Entretanto, mesmo que tenha havido mudanças quanto às configurações familiares, a maioria destes estudos afirma que, mais relevante do que o contexto familiar em que a criança se encontra, são os vínculos que ela estabelece com suas figuras de referência durante o período da infância.

O estudo empírico, cujo título é **“Crianças oriundas de famílias monoparentais e biparentais: avaliação de diferenças psicossociais”** teve por objetivo verificar possíveis diferenças psicossociais entre crianças de duas distintas configurações familiares. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva, documental e retrospectiva, realizada através de análise de dados de protocolos. Foram analisados 203 protocolos de crianças, na faixa dos seis aos 12 anos de idade, contendo informações sociodemográficas (sexo, idade e configuração familiar) e psicossociais (comportamento, desenvolvimento cognitivo, presença ou ausência de conflituosidade edípica). Com base nos achados da literatura e na análise dos dados estatísticos referentes ao desenvolvimento psicossocial das crianças da presente amostragem, tornou-se possível observar a incidência ou não de repercussões em seu processo de desenvolvimento em detrimento às distintas configurações familiares (biparental e monoparental) das quais são provenientes.

Referências

Achenbach, T. M. (2001). *Manual for the Child Behavior Checklist/6-18 and 2001 Profile*. Burlington: University of Vermont, Department of Psychiatry.

Brasil (1977). Emenda Constitucional de 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc07-77.htm

Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/htm

Cunha, J. A.; Nunes, M. L. T. (1993). *Teste das Fábulas São Paulo*: Centro Editor de Testes e Pesquisas em Psicologia.

Sei, M. B.; Souza, C. G. P.; Arruda, S. L. S. (2008). O sintoma da criança e a dinâmica familiar: orientação de pais na psicoterapia infantil. *Vínculo* [online], 5(2), 194-207.

Wechsler, S. (2003). *DFH III: O desenho da figura humana: Avaliação do desenvolvimento cognitivo de crianças brasileiras*. Campinas, SP: Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Winnicott, D. (1960). Família e maturidade emocional. In D. Winnicott. *A família e o desenvolvimento individual* (pp. 129-138). São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ESTUDO DE REVISÃO DA LITERATURA

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA CRIANÇA FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES NAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

PSYCHOSOCIAL ASPECTS OF CHILD RELATED TO CHANGES IN FAMILY CONFIGURATION

RESUMO: O presente estudo é uma revisão de literatura que versa sobre os aspectos psicossociais da criança inserida em dois distintos contextos familiares. Considerando que ocorreram mudanças no que se refere ao exercício das funções parentais em paralelo ao surgimento de novas configurações familiares, foi realizado um levantamento dos estudos que versam sobre estes temas, observando aspectos referentes ao contexto sociocultural brasileiro. A literatura trata das modificações que ocorrem na contemporaneidade com relação à família, visto que hoje são encontradas novas formas de reagrupamento entre os seus membros. Quanto aos estudos sobre a criança que passa por situações de transição familiar, o número de pesquisas é menos expressivo. Portanto, não existem dados conclusivos que expliquem o modo ou as conseqüências destes novos modelos familiares para a criança e para o seu desenvolvimento afetivo, cognitivo e social. Entretanto, a literatura enfatiza a importância dos vínculos estabelecidos pela criança no ambiente familiar como facilitadores de processos psicossociais saudáveis.

Palavras-chave: Configurações familiares, papéis parentais, desenvolvimento infantil.

ABSTRACT: This study is a literature review about psychosocial aspects of children pertaining to two distinct family contexts. Regarding changes in parental roles simultaneously to new family configurations, studies about these themes were searched for. Literature review deals with contemporary changes in families, knowing that nowadays there are different arrangements amongst its members. Investigations are scarce regarding children in family transition. Results are inconclusive about the consequences of new family structures and its impact over children's social, affective and cognitive development. Even so the literature emphasizes the relevance of bonds created by children in family, environment as facilitators of psychosocial processes.

Key-Words: family configurations, parental roles, children development

1 Introdução

A família contemporânea tem passado por inúmeras modificações no âmbito das relações íntimas e intergeracionais. Petrini, Alcântara e Moreira (2008) afirmam que os novos modelos familiares se caracterizam por uma maior manifestação dos afetos e pela busca de autonomia de seus integrantes. Sendo assim, este tema introduz um desafio às ciências humanas, pois está dividido por diferentes posições econômicas, políticas e sociais. A família, vista como instituição, opera como um recurso imprescindível para a constituição da identidade de seus membros, sendo, portanto, indispensável para efetivar as transições de maior importância para o ciclo de vida do indivíduo.

Neste sentido, a importância da família para a formação primordial de seus integrantes é amplamente defendida pelas diversas áreas do conhecimento científico. Porém, este é um movimento que ganhou força mais recentemente, como será discutido posteriormente. A Psicologia, em suas diferentes esferas, considera fundamental a interação entre pais e filhos para a efetivação dos processos de desenvolvimento infantil (Crepaldi, Andreani, Hammes, Ristof & Abreu, 2006). Tendo em vista estes fatores, faz-se necessário abordar os diversos conceitos encontrados na literatura no que diz respeito à família, assim como as suas implicações para a formação psicossocial da criança, a fim de traçar um panorama das transformações ocorridas ao longo do tempo em paralelo ao modo como a instituição familiar se encontra hoje.

Seguindo esta perspectiva, Pratta e Santos (2007) postulam que o conceito de família pode ser entendido como uma organização complexa, que exerce extrema influência sobre a constituição e a organização da personalidade e sobre o comportamento do ser humano na família e em sociedade. Estes autores afirmam que “a estruturação da família está intimamente associada com o momento histórico que atravessa a sociedade da qual ela faz parte, uma vez que diferentes tipos e composições familiares são determinados por um conjunto de variáveis ambientais, sociais, econômicas, culturais, religiosas e históricas” (p. 248). Por este motivo, a família contemporânea é caracterizada por uma variedade de padrões que documentam a mudança de valores e modelos tradicionais, trazendo incertezas e desafios quanto às novas possibilidades da dinâmica familiar (Saraceno, 1997, citado por Petrini et al., 2008).

Oliveira, Siqueira, Dell’Aglío e Lopes (2009), entendem a família como um conjunto de relações caracterizadas por influência recíproca, direta e intensa entre indivíduos. É o principal meio para a socialização da criança, influenciando em seu

comportamento escolar, atitudes, valores e aspectos emocionais, tornando-se determinante para a saúde psíquica de seus membros.

Para Osório (2002), a família é passível de várias descrições, mas de difícil definição conceitual porque assume diferentes estruturas de agrupamento humano através do tempo, não se mantendo fixa, mas, ao contrário, variando nas diferentes épocas. Mesmo com a possibilidade de variação, segundo Cervený e Berthoud (2002), a família é um sistema autorregulador, que consegue fazer frente a estas mudanças.

O atributo de instituição dado à família se refere ao objetivo da mesma de propagar os valores que estão inscritos em seu cerne (Ramos e Nascimento, 2008). Ou seja, assim como nas demais instituições, a família oferece ao indivíduo uma proposta de estabilidade e de segurança, e ensina aos seus integrantes os padrões que deverão ser internalizados e levados adiante nas interações com outros indivíduos.

De forma retrospectiva, via-se, no início do século XX, o modelo de família extensa como o de maior predominância. Coabitavam pai, mãe, filhos, avós, tios, primos, dentre outros, e a base de sua manutenção econômica era a mão-de-obra no campo. Este modelo, porém, tem se tornado cada vez mais raro nos últimos anos (Costa, Cia, e Bahram, 2007). Este fato se deve ao processo de urbanização e de controle de natalidade, que reduziu o tamanho da família com relação aos seus membros. Assim, passaram a surgir as famílias ditas nucleares, formadas por pai, mãe e filhos. Este modelo estaria mais bem adaptado aos custos da cidade, permitindo que a mulher participasse de forma mais frequente do mercado de trabalho, passando gradativamente a assumir o papel de provedora do lar ao lado do marido.

Narvaz e Koller (2006) afirmam que, no Brasil, “a história da instituição familiar teve como ponto de partida o sistema patriarcal, importado da colonização e adaptado às condições sociais, na época latifundiárias e escravagistas” (p.51). Conforme explica Szymanski (2003) as interpretações das inter-relações familiares eram feitas a partir do modelo de família nuclear burguesa. Preocupava mais a estrutura do que a qualidade das relações. Assim, ao aceitar este modelo como estrutura vigente e não como modelo construído historicamente impunha-se regras, valores e padrões emocionais. Ariès (1975), citado por Szymanski (2003) explica que a família operava como uma realidade moral e social, mais do que sentimental. Portanto, as famílias de fora deste contexto nuclear, até o início do século XX, eram vistas como desestruturadas e incompletas, sendo frequentemente responsabilizadas pelos problemas emocionais e desvios de comportamento. Esta autora afirma também que o que ainda causa sofrimento às famílias é

o fato de as mesmas serem captadas por discursos prontos e normas institucionais rígidas, que ditam o que é certo ou errado no modo de ser família.

Theborn (2006) aponta que “o crescimento populacional e a emergência de uma classe de trabalhadores em meados dos anos 1900, exigiram mudanças radicais com relação às premissas das relações familiares” (p. 39). Logo, o poder paterno se viu enfraquecido diante da urbanização e do processo de revolução industrial, já que o “chefe de família” passou a participar menos do arranjo familiar. A crise do patriarcado é, deste modo, marcada pelo “enfraquecimento de um modelo familiar baseado no estável exercício da autoridade/domínio do homem adulto, seu chefe, sobre a família inteira” (Castells, 2003, p. 151, citado por Petrini et al., 2008).

Portanto, pode-se afirmar que a imagem da paternidade vinculada ao sustento da família foi consolidada com o modelo da família nuclear burguesa, caracterizada por assumir uma postura rígida diante dos papéis sexuais. Esta imagem do pai essencialmente provedor, que participa de forma superficial na criação dos filhos, contudo, não corresponde mais ao que ocorre de fato na sociedade ocidental contemporânea (Alvarenga e Piccinini, 2007).

Em vista das modificações ocorridas na estrutura familiar, é perceptível que hoje as relações familiares encontrem-se cada vez mais simétricas no que diz respeito à distribuição de tarefas entre os cuidadores (Pratta e Santos, 2007). Esta característica demonstra que, atualmente, é possível encontrar desde modelos familiares tradicionais, em que marido e mulher assumem conjuntamente os cuidados tanto afetivos como financeiros, até famílias em que somente um dos pais é responsável pelo provimento das necessidades dos filhos em diferentes âmbitos, conforme indicam Oliveira et al. (2009).

Crepaldi et al. (2006) assinalam que um fato bastante relevante para a divisão de tarefas do lar é a inserção de ambos os genitores no mercado de trabalho. Assim, parece haver “uma divisão mais equitativa das atividades domésticas e de cuidados entre o casal, principalmente quando os pais são mais jovens, motivo pelo qual parecem ter maior preocupação com as questões de igualdade” (p. 581).

Estas mudanças atingem também as identidades e as relações mais íntimas. Por exemplo, vive-se a sexualidade sem uma finalidade unicamente procriativa, como antigamente, abrindo possibilidades para novas experimentações sociais. Este dinamismo percebido pelas famílias abre espaço a aspectos mais flutuantes nas relações familiares. Conforme Petrini et al. (2008), na medida em que a família é desafiada por limites imprecisos, necessita redefinir os seus valores constantemente.

No que se refere às relações entre pais e filhos, a literatura indica que, na passagem de um modelo de estrutura familiar para outro considerado “moderno”, estas relações se modificaram gradativamente. Wagner, Ribeiro, Arteché & Bornholdt (1999) mostram que, quanto às mudanças acerca do modo de educar os filhos, grande parte das famílias perdeu o aspecto autoritário, cedendo lugar a uma postura pautada pelo diálogo e pela compreensão.

Deste modo, ao falar sobre as transformações nas relações entre pais e filhos e, especificamente, nos papéis parentais, Crepaldi et al. (2006) descrevem que, se antes os estudos sobre o desenvolvimento infantil davam total ênfase à díade mãe-bebê, a partir dos anos 1970 as pesquisas passaram a incluir também o pai como importante referencial para a criança, ultrapassando, portanto, o papel restrito de provedor do lar. Souza e Benetti (2009) afirmam que os pais têm se mostrado muito mais presentes hoje do que em outras épocas.

1.1 Transformações nos papéis parentais

Em vista destas mudanças de papéis e do aumento do número de famílias chefiadas por apenas um dos progenitores, torna-se imprescindível ampliar o olhar para a função que pai e mãe vêm exercendo no que concerne ao desenvolvimento infantil. O estudo da presença paterna surge com mais intensidade a partir das modificações nas configurações familiares. Souza e Benetti (2009) afirmam que as pesquisas sobre a paternidade têm aumentado consideravelmente nos últimos anos, sobretudo após ser reconhecida a importância do envolvimento do pai para o desenvolvimento da criança em diversas áreas. Entretanto, embora tenham ocorrido mudanças nos papéis, homens e mulheres ainda consideram que a mãe é a principal guardiã da situação emocional e afetiva dos filhos, enquanto os homens seguem atribuindo ao papel paterno o provimento das necessidades econômicas dos filhos (Goetz e Vieira, 2009).

Tratando-se da influência do exercício do papel feminino no ambiente familiar, Carter e McGoldrick (1995) afirmam que as modificações substanciais ocorridas neste âmbito são as principais geradoras de mudanças no ciclo de vida familiar, visto que as mulheres têm ocupado múltiplos espaços para além deste contexto, do qual normalmente são as figuras centrais. Atualmente, muitas mulheres são as principais responsáveis pela subsistência do lar. Com isso, os homens passaram a exercer um papel mais afetivo em relação aos filhos, contribuindo com maior frequência para o seu desenvolvimento. Na

medida em que as mulheres passaram a ocupar diferentes espaços, portanto, a participação do pai passou a ser reivindicada pelas mesmas, já que necessitavam de apoio doméstico para dedicar-se às suas atividades extra-familiares (Falceto, Fernandes, Baratojo & Giugliani, 2008).

A partir destas transformações, portanto, as funções parentais passaram também por modificações quanto ao seu exercício. Se por um lado, simbolicamente, estas funções representam o amor e o afeto (função materna), os limites e a lei (função paterna), na prática é possível observar que as mesmas não são preceitos estáticos. Ou seja, podem assumir outras conotações e ser exercidas por outros membros que tenham a responsabilidade de cuidadores da criança.

Do ponto de vista simbólico, a função paterna atua como complemento à díade mãe-bebê, proporcionando amplitude e ressonância a estas interações, interditando e trazendo alívio para a intensidade fusional da dupla mãe-criança. Tendo em vista as atribuições simbólicas dos papéis parentais, Borges (2005) enfatiza o cuidado e o investimento afetivo como algumas das qualificações para estas funções. Portanto, ser pai e ser mãe não implica apenas uma função puramente biológica. Esta autora assinala que existe uma trama inconsciente e consciente dos pais com a criança e, da mesma forma, da criança para com os pais, havendo, deste modo, um entrecruzamento de subjetividades. Neste sentido, o exercício das funções materna e paterna varia conforme as condições emocionais dos pais, as demandas do bebê e as etapas de desenvolvimento da criança.

Gutfreind (2010) aponta que, mesmo que presente desde o início da civilização ocidental, o conceito de parentalidade foi integrado à clínica há menos de meio século. O processo de ser pai e ser mãe passou a ser compreendido a partir dos estudos aprofundados acerca dos aspectos emocionais do bebê e suas interações com o ambiente. Este autor enfatiza a responsabilidade dos pais em atribuir representações aos seus filhos, que podem se dar através de palavras, histórias, tramas. E mais ainda: “pelo gesto, olhar, movimento, ação, como é no começo da vida (p. 29). Deste modo, “para se tornar psicologicamente disponível como pai e mãe, é preciso estar razoavelmente disponível com a própria história” (p. 31).

Em vista da ascensão de novos modelos familiares, os estudos sobre a parentalidade começaram a ser explorados em maior proporção a partir da década de 1980. Este fato corresponde à necessidade de compreender o exercício da parentalidade nos novos tipos de famílias, segundo Gutfreind (2010), com frequência monoparentais,

homoparentais e reconstituídas. Além disso, preocupava a provável falta de referências para a criança, inaugurando-se, assim, trabalhos voltados para a prevenção.

Crepaldi et al. (2006) sublinham que o pai não pode mais ser visto como coadjuvante no processo de desenvolvimento da criança. Ao contrário, deve ser encarado como figura essencial de apoio à relação da mãe e da criança, influenciando diretamente na qualidade destes vínculos.

Pesquisas atuais indicam que a criança apresenta um melhor nível de desenvolvimento cognitivo quando o pai está envolvido em seus cuidados. Embora diferente da forma de cuidado da mãe, este outro tipo de atenção é extremamente essencial para a formação da criança em diferentes níveis. Este fato indica também que ocorreram mudanças acerca do olhar designado ao pai no ambiente familiar e na criação dos filhos (Falceto et al., 2008).

Assim, observa-se que, durante todo o percurso da história, a família é marcada por uma sucessão de mudanças, ora repudiadas, ora aceitas pela sociedade. Inaugurou-se a possibilidade de relacionamentos mais afetuosos e íntimos, ao passo em que a parentalidade passou a assumir um importante papel quanto à formação de indivíduos psicologicamente saudáveis, a partir da forma e da quantidade de cuidado e de afeto designado aos seus membros. Carmo (2007) complementa que, mesmo que reconhecida a importância das novas configurações familiares para a nossa sociedade, o Brasil ainda carece de um maior volume de estudos sobre este tema.

Apesar de a família nuclear biparental ainda operar como modelo idealizado na sociedade contemporânea, novas formas de reagrupamento surgem a cada dia. Este ideal deve-se, sobretudo, à visão de que a presença de ambos os pais é extremamente necessária para o desenvolvimento psíquico, emocional e acadêmico da criança (Kauffman, 2001). Cervený e Berthoud (2009), em seus estudos realizados sobre a família brasileira, definiram três principais mudanças nos padrões familiares nas últimas décadas: “a queda substancial no seu tamanho, o aumento do número de mulheres sem cônjuge e com filhos, e o aumento no número daquelas cuja referência são mulheres” (p. 29). Entretanto, se as mudanças sociais e culturais nos conceitos parentais e relacionais mostram que há um aumento significativo na participação do pai na criação dos filhos, é sinal de que a família contemporânea se transforma de forma permanente (Furstenberg e Nord, 1985).

1.2 Novas configurações familiares

Ao falar sobre as modificações na estrutura familiar e sobre as atribuições dos papéis parentais, Kehl (2001) afirma que as novas famílias produzem sintomas relacionados à dívida enorme que têm em relação a um estereótipo de família supostamente perfeita. Apesar das transformações vividas pela família e suas recorrentes mudanças, ela ainda é desejada por todos (Amazonas e Braga, 2006). Nesta direção, torna-se necessário contextualizar as famílias oriundas destas transformações. De acordo com Gastaud e Nunes (2009) existem dificuldades para definir os conceitos em relação aos diferentes tipos de agrupamentos familiares e as soluções dependem do referencial teórico adotado em cada estudo.

Um tipo de configuração de família comumente encontrada hoje é a chamada monoparental, que se define segundo a coabitação de um único cuidador e filho (s), podendo este ser um dos progenitores (o pai ou a mãe) ou, ainda, alguém que assuma o papel de responsável pela criança/adolescente (Vitale, 2002). As famílias biparentais com frequência se tornam monoparentais, através da separação ou divórcio dos cônjuges, abandono ou perda por morte. A monoparentalidade também pode ser voluntária ou programada, dando-se através da adoção, reprodução assistida, dentre outros meios (Brauner, 1998).

Além disso, pode-se dizer do surgimento de modelos de família afetivo-sexuais, reivindicados por casais homossexuais no sentido de união conjugal, maternidade e paternidade (Borges, 2005). As famílias recasadas, conforme explica Féres-Carneiro (1998) têm características próprias. Nesta modalidade, os limites dos subsistemas familiares são mais permeáveis, a autoridade paterna e materna é dividida com outros membros da família, assim como os encargos financeiros. Há uma complexidade maior na constituição familiar. Segundo esta autora, é importante não interpretar a complexidade deste modelo como disfuncionalidade. As famílias originais/nucleares, por sua vez, tendem a manter um funcionamento hierarquizado e tradicionalmente definido. Estão presentes as figuras materna e paterna. Wagner (2002) postula a possibilidade de haver diferenças no bem-estar psicológico de crianças de distintos contextos familiares, o que permite a investigação sobre o tema.

A partir da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), o Estado passou a conceituar a família de outro modo, compreendendo-a como uma instituição em constante transformação, de acordo com Cervený e Berthoud (2009), organizando-se mais por laços de afeto do que por processos hierárquicos tradicionais. Desde este marco, passou-se a reconhecer novas formas de constituição familiar, dentre elas a união estável. Assim,

tornou-se mais comum que os filhos passassem a coabitar com apenas um dos progenitores. E com o aumento do número de separações nos últimos anos, a tendência é que cada vez mais crianças e adolescentes cresçam sem a presença uma das figuras parentais (Dessen e Braz, 2005). Este fator, segundo estes autores, poderia ocasionar déficits na relação entre pais e filhos, uma vez que exigem modificações domésticas, na rotina diária e no tempo que têm para passar juntos. Em contrapartida, Ramires (1997), em pesquisa sobre pais separados, encontrou indicativos de que a relação pais-filhos pode melhorar qualitativamente após o divórcio, pois na maioria das vezes os pais acabam passando mais tempo junto aos filhos, aumentando os fatores cumplicidade e intimidade. Isto não significa, porém, que a separação não cause algum tipo de sofrimento, como toda situação de transição. A fantasia de abandono aparece, segundo a mesma autora, como a mais prevalente entre jovens filhos de pais separados. Por outro lado, crianças de famílias monoparentais poderão apresentar maior bem-estar se comparadas àquelas que convivem em famílias biparentais com alto índice de conflito.

Atualmente, em vista destas mudanças, as novas estruturas de família podem ser definidas através das variáveis coabitação e consanguinidade (Wagner, 2002). Em vista do advento do divórcio, portanto, passou-se a atribuir uma possível crise ao modelo institucional familiar. A literatura aponta que pode haver agravantes na situação de divórcio quando há dificuldades para o ex-casal em separar conjugalidade de parentalidade. Quando ocorrem situações de litígio, por exemplo, ou mesmo quando um dos pais ou ambos não estão sendo suficientemente colaborativos, existem mais chances de que os filhos fiquem imersos nesta trama (Grzybowski, 2007).

Por outro lado, quando os pais separados assumem um papel colaborativo, cooperando na readaptação das tarefas, na rotina e em questões econômico-financeiras, torna-se mais fácil a passagem pelo período de ruptura. Estudos referem que muitas crianças e adolescentes sentem-se mais aliviados e satisfeitos após a separação dos pais, sobretudo se aquela relação era problemática e conflituosa (Grzybowski, 2007, Ramires, 1997).

Sobre este aspecto, Kehl (2001) refere que, se hoje a família passa por um processo de adoecimento, este não pode ser considerado apenas como resultante dos processos de separação, com crianças que têm pais morando em diferentes casas. Ou que tenham mais de um representante no lado do exercício da função materna e paterna. Ou da falta de alguém na relação de parentesco para se colocar no papel social do pai ou da mãe. O adoecimento e a problemática familiar atuais referem-se à falta de lugar para a

responsabilidade e para os limites. Bilac (2003) complementa que “ainda prevalece a L se de que, de um modo ou de outro, a família, como instituição, vem perdendo suas funções e importância social. Seu papel gradativamente se minimiza. A crise das famílias reais, seria a crise da instituição familiar (p. 34).

O divórcio é um evento que pode fazer parte do ciclo vital da família, propondo desafios aos seus membros. Deste modo, a separação não acaba com a família, mas, ao contrário, tende a transformá-la. Após este evento, a reorganização familiar leva algum tempo até ser restabelecida (Souza, 2000, Cano, Gabarra, Moré, Ocampo e Crepaldi, 2009). Achados da literatura mais antiga apontam para danos causados em decorrência do divórcio na vida dos filhos, visto que este fato pode desencadear um período de extenso sofrimento e de crise dolorosa, que ocasionalmente interferem no ajuste da criança ou adolescente no âmbito psicossocial (Cano et al., 2009). Ao mesmo tempo, Carter e McGoldrick (1995) oferecem uma visão mais positiva acerca do processo de separação para a criança, afirmando que “o divórcio proporciona o potencial para uma experiência de crescimento, na medida em que os membros da família desenvolvem novas capacidades adaptativas” (p. 293).

Assim, a ausência de apoio para a família que vive o processo de divórcio potencializa as dificuldades. Portanto, o impacto gerado nos filhos, no que concerne à ruptura conjugal dos pais, à perda de um deles ou a outras possíveis situações que implicam reestruturação familiar, pode ser avaliado a partir de uma série de fatores. O primeiro deles se refere à qualidade do vínculo que os pais estabelecem e mantêm com seus filhos, influenciando no bem-estar e na saúde psíquica dos mesmos. Outro aspecto está relacionado aos cuidadores auxiliares, que atuam como fontes de apoio para a criança durante os períodos de crise (Cano et al., 2009, Carter e McGoldrick, 1995).

Oliveira et al. (2009) afirmam que houve um aumento significativo no número de estudos, em nível internacional, sobre famílias separadas/divorciadas, recasadas e monoparentais a partir dos anos 1980. No Brasil, embora em número menos expressivo, os estudos começaram a ser problematizados e publicados com maior frequência na década de 1990. Este fato ocorreu a partir da legitimação do divórcio, que popularizou os chamados “filhos do divórcio” (Wagner, 2002). Por outro lado, ao considerar a relação homem e mulher como uma união estável, a partir da Constituição Federal de 1988, novos estudos foram surgindo com um olhar ampliado sobre estes fenômenos. Assim, o assunto divórcio, relacionado às modificações trazidas ao modelo tradicional, despertou o interesse dos pesquisadores brasileiros.

Os primeiros estudos realizados no país acerca do divórcio enfocavam os problemas advindos a partir deste evento, sobretudo para os filhos dos pais separados. A literatura ignorava aspectos positivos decorrentes do divórcio, atendo-se muito mais às

L seqüências negativas deste. Aos poucos, observou-se que os períodos de crise fazem parte do ciclo vital familiar, seja em um contexto monoparental ou biparental, dentre outros. Entretanto, mesmo que hoje o divórcio seja algo recorrente, muitos ainda encaram este processo como algo fora dos padrões tradicionais permitidos pela sociedade (Cano et al., 2009, Souza e Ramires, 2006).

Feres-Carneiro (2003) aponta para as altas estatísticas relacionadas ao divórcio no Brasil nos últimos anos. A autora percebe que, apesar dos números, não há uma desvalorização do matrimônio. Ao contrário, o casamento na classe média brasileira parece ter adquirido novos valores, exigindo uma série de requisitos para manter a união. Por exemplo, estabilidade econômica, condições para a paternidade/maternidade, intimidade, reciprocidade, igual nível de instrução, idade, questões de gênero, dentre outros fatores. Nas classes populares, em contrapartida, devido às dificuldades socioeconômicas, as separações podem dar-se de outro modo. Neste contexto, muitas vezes os cônjuges não deixam de coabitar, organizando-se através das redes de apoio familiares e da comunidade. Porém, em ambos os meios sociais, quando as necessidades de um dos cônjuges ou do casal não podem ser satisfeitas nestes diferentes âmbitos, dá-se o divórcio. O ato de separar-se pode significar uma busca por um ideal não alcançado, que poderá ser adquirido através do recasamento.

Em levantamento realizado sobre pesquisas publicadas internacionalmente e produzidas no Brasil sobre tipos de famílias, Oliveira et al. (2009) encontraram que outros países apresentam um maior número de estudos sobre esta temática. Segundo estas autoras, a preocupação dos pesquisadores estrangeiros está voltada para o modo de funcionamento das famílias monoparentais, a fim de observar a maneira como uma única figura parental de referência irá atuar para o desenvolvimento psicossocial dos filhos. Os pesquisadores brasileiros, por outro lado, mantêm o enfoque nas famílias recasadas, na forma como se dá a sua readaptação e como a mesma se reflete na interação entre seus integrantes.

Porém, embora existam diversas pesquisas acerca das novas configurações familiares, que abordam, sobretudo, os seus efeitos sobre os membros da família, ainda não há dados conclusivos sobre o tema quanto a sua influência direta no desenvolvimento dos filhos, sejam eles crianças ou adolescentes. Sabe-se, contudo, que a vivência da

criança que passa por uma situação de transição familiar, seja pelo divórcio dos pais ou pela perda por morte de um dos cuidadores, é marcada por um período de reestruturação (Wagner, 2002; Cano et al., 2009).

1.3 O processo de desenvolvimento infantil

Para contextualizar a criança quanto à família e ao seu processo de desenvolvimento, portanto, é necessário discorrer a respeito das diversas conceituações existentes sobre os respectivos temas nos dias de hoje, uma vez que o conceito de infância foi construído e modificado através dos tempos. Ou seja, nem sempre a criança foi vista do mesmo modo ela é hoje, do ponto de vista social. Na época medieval, por exemplo, não existia uma representação social para a criança, como afirma o historiador Ariès (1981). Não havia, portanto, a ideia de um ser dependente do meio externo e da família. A teoria da sexualidade postulada por Freud (1924/1988) no início do século XX contribuiu para esta mudança conceitual, pois lançou luz sobre os processos de desenvolvimento psíquico e maturacional que ocorrem nos indivíduos durante a os primeiros anos.

Da necessidade de formar adultos com as atribuições desejadas e exigidas pela sociedade, surgida a partir da ênfase dada à educação, a infância começou a ser vista e tratada com maior cuidado e relevância. Conforme Mondardo & Della Valentina (1998) a família passou a assumir um caráter estruturador, garantindo o suprimento das necessidades básicas, ambientais e de proteção à criança. Resende (1996) reitera que a infância é vista nos dias de hoje como a etapa da vida em que o indivíduo, a partir da vida em família, começa a se adaptar às normas sociais. É durante este período que ocorrem importantes transformações no ciclo de vida da criança, apresentadas através de fases do desenvolvimento. Estas etapas são marcadas por tensões específicas que poderão se manifestar como sintomas físicos e/ou psicológicos através das quais poderão emergir alterações no psiquismo.

O estudo do psiquismo infantil permitiu vislumbrar as fases de desenvolvimento do ciclo vital e os conflitos subjacentes às mesmas, tornando possível compreender o modo como a criança avança para obter sua independência, através da busca por novas experiências. Além disso, se observou que as relações estabelecidas com as primeiras figuras de apego, representadas pelo pai, pela mãe ou por um cuidador, definem o modo como se dará a estruturação psíquica da criança. Se o cuidado for suficientemente bom,

será convertido em experiências positivas que servirão de modelo para conduzir as relações estabelecidas futuramente.

Alguns teóricos se dedicaram ao estudo aprofundado dos fenômenos psicológicos infantis, dentre eles, Winnicott (1951), que introduz que as primeiras relações dão origem à percepção que o sujeito tem de si e dos outros. A partir daí, seguem estilos de interação e afeto, vistos como organizadores da personalidade do indivíduo. Ao tratar sobre o ambiente e os processos de maturação, Winnicott (1983) acrescenta que as necessidades da criança vão se modificando na medida em que ela muda da dependência, quando precisa de um apoio adequado, alcançada através do cuidado da mãe suficientemente boa, para a independência, que ocorre quando a criança internaliza o ambiente, podendo cuidar de si mesma:

“Existe algo que chamamos de ambiente não suficientemente bom, que distorce o desenvolvimento do bebê. E existe o ambiente suficientemente bom, que possibilita ao bebê alcançar, a cada etapa, as satisfações, ansiedades e conflitos inatos pertinentes”
(Winnicott, 2000, p. 399).

Bowlby (1969/1984^a), a partir da observação do comportamento dos bebês, propôs que para que a criança possa lidar de modo eficaz com seu meio e desenvolver plenamente as capacidades físicas, mentais e sociais, é importante que tenha vivenciado uma atmosfera de segurança e afeto. Alguns autores psicanalíticos contemporâneos, que têm em comum com os autores clássicos o fato de acreditarem na importância das primeiras interações da criança como fator primordial para a formação do psiquismo, propõe igualmente que a subjetivação infantil passa pelos atributos das funções materna e paterna. Assim, a criança, a partir do início do século XX, passa por um período de crise quanto às suas referências simbólicas, uma vez que mudanças ocorreram nas configurações familiares e nas formas de parentesco. Tal crise pode desencadear possíveis conflitos psíquicos (Julien, 1997).

Dian e Nunes (2008) entendem por conflito psíquico a luta entre os desejos e as proibições internas que ocorrem na mente. Estas forças conflitantes trazem ameaça ao ego e, conseqüentemente, geram ansiedade. Alguns destes conflitos podem se manifestar através de sintomas explícitos que aparecem por via do comportamento ou por determinadas perturbações, dentre outras formas. Estas autoras afirmam ainda que, para a

Psicanálise, o conflito faz parte da constituição do ser humano, podendo causar um processo de fragmentação ou de integração com o mundo interno e o mundo externo.

A introjeção das figuras parentais pelo indivíduo auxiliará em seus processos de subjetivação. Estas figuras são necessárias na medida em que a criança sente-se em desamparo frente aos pais, direcionando-se para a descoberta de sua identidade. Gutfreind (2010) aponta que, assim como a infância, a parentalidade também é um conceito construído culturalmente. Sendo assim, ser pai e ser mãe não se resume a gerar, mas sim a “ensinar a criança a falar e inscrevê-la em suas origens” (p.66). (Besson, Galtier e Odier, 2004, citado por Gutfreind, 2010).

Seguindo este percurso, torna-se essencial compreender o modo como se dá o desenvolvimento da criança até o seu ingresso na escola, espaço social que auxilia para a formação da identidade e da diferenciação do eu. Para tanto, é necessário abordar o conceito de Complexo de Édipo, que se caracteriza como uma etapa evolutiva fundamental para as mudanças desenvolvimentais pelas quais a criança passa durante o período da infância.

Para Freud (1924/1988), o Complexo de Édipo é o fenômeno central do desenvolvimento sexual da primeira infância. De forma simbólica, entende-se que a menina se considera a figura mais amada por seu pai, enquanto o menino enxerga a mãe como uma exclusividade sua. A criança tem impulsos amorosos com relação ao genitor do sexo oposto e deseja eliminar aquele do mesmo sexo, temendo punição por tais desejos.

Ainda de acordo com Freud (1924/1988), o apogeu do complexo de Édipo é vivido entre os três e os cinco anos, durante a fase fálica. O seu declínio marca a entrada no período da latência. É revivido na puberdade e é superado com maior ou menor êxito num tipo especial de escolha de objeto. Esse fenômeno é tido como o principal organizador do funcionamento psíquico. É o momento-chave, precedido pela maturação do indivíduo. Este marcador psicológico se caracteriza pelo sentimento de exclusão (essa relação existe no decorrer de toda a infância) e pelo desenvolvimento de uma situação complexa entre três pessoas ao mesmo tempo. É também compreendido como uma das problemáticas fundamentais na Psicanálise, o momento crucial da constituição do sujeito. A trama sobre a qual este conceito se constrói não necessariamente se desenvolve na realidade, mas pressupõe fantasias e comportamentos simbólicos.

Laplanche e Pontalis (1995) explicam que o Complexo de Édipo se refere a um conjunto organizador de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais. Conforme Dian e Nunes (2008), o Édipo, no processo de desenvolvimento vital do

indivíduo, representa a exclusão, causando frustração e contendo o sentimento de onipotência da criança. Assim, a conflitiva edípica é antecedida por triangulações precoces, onde o bebê se percebe excluído do foco de atenção parental. Alguns anos mais tarde, a criança revive este sentimento, porém, desta vez, ela sente-se excluída da intimidade sexual dos seus pais. De acordo com as autoras citadas, o Édipo figura como o ponto central das neuroses e da sexualidade humana. A partir daí, o sujeito poderá se estruturar e se organizar psiquicamente.

Em síntese, é necessário que a criança em período de desenvolvimento conquiste uma constância objetal que, de acordo com Cunha e Nunes (1993), “se refere à estabilidade na organização psíquica e em suas funções de expansão, mas não necessariamente à qualidade cambiável da representação do objeto” (p. 182). Para que isto ocorra, é necessário que a mesma tenha passado de forma bem sucedida pela fase do Complexo de Édipo, de modo que a mesma possa identificar-se para posteriormente diferenciar-se das figuras parentais, assumindo características próprias e maior autonomia, podendo assim, firmar sua identidade (Dian e Nunes, 2008). Desta forma, é instaurado o superego e a criança abre mão de seus desejos edípicos, adaptando-se à cultura e aos espaços sociais. A resolução da conflitiva edípica, portanto, coloca à disposição da criança energia para sublimações, simbolizações e aprendizagens (Moreira, 2009; Castro, 1998). Porém, alguns indivíduos podem não atingir a etapa da conflitiva edípica.

A fase da latência que, segundo a literatura, compreende a faixa dos seis aos 12 anos, é entendida como um estado psicológico durante o qual, segundo Dian e Nunes (2008), a criança reorganiza a estrutura defensiva do ego. Sendo assim, o ego oferece alternativas adaptativas através dos mecanismos de defesa, tais como a sublimação, a repressão e a formação reativa, à criança. Macedo (2006) afirma que, durante a latência, a criança adia a genitalidade e recalca o desejo edípico, buscando assim outras fontes de satisfação voltadas para a aprendizagem, a convivência em grupo, dentre outros.

Cunha e Nunes (1993), ao revisitarem os estudos existentes na literatura acerca da presença de conflitiva edípica em crianças que coabitam com apenas um dos progenitores, inferem que, mesmo que escassas as pesquisas sobre este aspecto, algumas têm mostrado que a falta de um dos pais não desencadearia consequências psicopatológicas. Porém, não existem dados conclusivos sobre esta temática.

Tendo como base estes conceitos, é importante observar o modo como as vicissitudes do ambiente familiar incidem sobre a criança em desenvolvimento, tanto em nível social como escolar. A entrada da criança na escola significa a ampliação de seu

espaço social. Muitas vezes, é o primeiro local do qual participa para inserir-se na sociedade. Ferreira e Araújo (2001) afirmam que, para o bom andamento da vida escolar, a superação dos conflitos, que são lentamente elaborados durante a infância, torna-se necessária.

A literatura permite afirmar que a imposição de regras e limites executados pelos pais ou cuidadores contribui para melhorar o desenvolvimento psicossocial e intelectual das crianças, auxiliando em seu desempenho nos âmbitos social e escolar (Del Prette & Del Prette, 2005). Crianças com problemas de comportamento geralmente pertencem a uma estrutura familiar desorganizada, com dificuldades emocionais e de comunicação, o que interfere em seu desenvolvimento social e cognitivo. Estas famílias tendem a não reforçar positivamente o comportamento dos filhos, falhando quanto à supervisão de suas atividades, o que pode gerar algum tipo de conflito psicológico (Bolsoni-Silva, Paiva e Barbosa, 2009).

As trocas positivas entre pais e filhos durante a infância estimulam as competências sociais dos mesmos, além de colaborar para uma melhora na auto-estima da criança. As famílias que estimulam intelectualmente os filhos tendem a desempenhar um importante papel quanto ao desenvolvimento das habilidades destes. Geralmente as dificuldades apresentadas quanto ao desempenho escolar e às habilidades sociais, são produtos de interações negligentes dentro da família (Bolsoni-Silva et al., 2009; Alvarenga e Piccinini, 2007).

Andrade, Santos, Bastos, Pedromônico, Almeida-Filho e Barreto (2005), em pesquisa realizada sobre a influência da estimulação da família para o desempenho intelectual e cognitivo da criança, concluíram que as variáveis analisadas estão diretamente interligadas. Estes autores explicam que a qualidade do cuidado é advinda de condições estáveis de vida, nos âmbitos psicossocial e econômico, e que a família é a principal responsável pela inserção da criança na vida escolar e em sociedade. Deste modo, a criança pode vivenciar, no ambiente familiar, tanto uma atmosfera de proteção e cuidado como situações de risco e desconforto gerados por um ambiente de falta e precariedade dos vínculos afetivos ou, ainda, por condições socioeconômicas muito baixas, que podem “resultar em prejuízos para a solução de problemas, linguagem, memória e habilidades sociais” (p. 607).

Silvares (1996), em seu estudo sobre as clínicas-escolas brasileiras, aponta que há predominância de uma clientela de crianças em idade escolar – dos sete aos nove anos, sendo as principais queixas referentes a distúrbios de aprendizagem do tipo externalizante

(fracasso escolar demonstrado através de comportamento explícito). Estes indicadores sugerem que possivelmente a entrada na escola seja um fator desencadeante de problemas e conflitos encobertos na família. No que se refere ao contexto em que a criança se desenvolve, Marturano (2004) afirma que, para que haja um bom desempenho escolar, é fundamental uma rotina bem estabelecida e organizada para a criança. Porém, nem todos os filhos que coabitam com pai e mãe podem desfrutar de um ambiente que proporcione tais aspectos. Assim, o papel da família, segundo Del Prette e Del Prette (2001), é primordial para o desencadeamento ou para a prevenção de problemas psíquicos e comportamentais na criança durante seu processo de desenvolvimento.

Ao observar os diversos aspectos que estão circunscritos no desenvolvimento psicossocial da criança, portanto, é preciso levar em consideração a forma como estão consolidados seus vínculos familiares. Conforme mencionado anteriormente, percebe-se que, mesmo que a criança vivencie períodos de transição, gerados, sobretudo, pelas novas configurações familiares que emergem na contemporaneidade, os fatores que influenciam para que a mesma obtenha êxito nos contextos pelos quais transita estão mais direcionados para a qualidade dos vínculos que estabelece durante os primeiros anos do que pela quantidade de cuidadores que lhe assistem.

Deste modo, analisar características psicossociais de crianças que passam por transições familiares pode oferecer indicadores importantes para a compreensão de fatores ligados à instalação e à manutenção das queixas que as trazem aos serviços de atendimento psicológico (Rocha & Ferreira, 2006), de modo a fundamentar práticas que atendam a estas necessidades. Conhecer as transformações que ocorrem nas famílias e as conseqüentes modificações nos papéis parentais, portanto, contribui para um entendimento mais amplo e conciso acerca das vicissitudes do desenvolvimento infantil, auxiliando tanto para o processo de avaliação psicológica como para o atendimento em psicoterapia. Sobre este último, cabe salientar que, desvelar as tramas que envolvem o seio familiar, possibilita lançar luz sobre os processos internos, conscientes e inconscientes, trazendo compreensão e alívio às dores que aprisionam os membros da família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alvarenga, P.; & Piccinini, C. (2007). Preditores do desenvolvimento social na infância: Potencial e limitações de um modelo conceitual. *Interação em Psicologia*, 11(1), 103-112
- Amazonas, M. C. L., & Braga, M. G. R. (2006). Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Revista Ágora*, 9(2), 177-191.
- Andrade, S.A; Santos, D.N.; Bastos, A.C; Pedromônico, M.R.; Almeida-Filho, N.; Barreto, M.L. (2005). Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo infantil: uma abordagem epidemiológica. *Ver. Saúde Pública*, 39(4), 606-611.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Bilac, E.D. (2003). Família: algumas inquietações. In M. C. B. de Carvalho (Ed.), *A família contemporânea em debate* (pp. 29-38). São Paulo: EDUC/Cortez.
- Bolsoni-Silva, A. T.; Paiva, Mariana Marzoque De; Barbosa, C. G. (2009). Problemas de comportamento de crianças/adolescentes e dificuldades de pais/cuidadores: um estudo de caracterização. *Psicol. Clin.*, 21(1), 169-184.
- Borges, M.L.S.F (2005). *Função materna e função paterna, suas vivências na atualidade*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Uberlândia, MG.
- Bowlby, J. (1969). *Apego. Apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes, 1984
- Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/htm
- Brasil (1977). Emenda Constitucional de 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc07-77.htm
- Brauner, M.C.C. (1998). A monoparentalidade projetada e o direito do filho à biparentalidade. *Estudos jurídicos*. São Leopoldo.
- Cano, D. S.; Gabarra, L.M.; More, C. O.; Crepaldi, M. A. (2009). As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicol. Reflex. Crit*, 22 (2), 214-222.
- Carmo, M. (2007). Configurações familiares: um novo paradigma. *Rev. Abordagem gestalt*. 13(2), 260-262.

Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.

Castro, M. G. (1998). *Inibições intelectuais e fuga frente ao conhecimento*. Dissertação de Mestrado. Não publicada. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Cecarelli, P. R. (2007). Novas configurações familiares: mitos e verdades. *Jornal de Psicanálise*, 40(42), 89-102.

Cervený, C. M. de O., & Berthoud, C. M. E. (2002). Pensando a família sistemicamente. In C. M. de O., Cervený, & C. M. E., Berthoud (Eds.), *Visitando a Família ao Longo do Ciclo Vital* (pp. 17-27). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Cervený, C. M. de O., & Berthoud, C. M. E. (2009). Ciclo vital da família brasileira. In L. C. Osório; & M. E. P Valle (Eds.), *Manual de Terapia Familiar* (pp. 25-37). Porto Alegre: Artmed.

Crepaldi, M. A., Andreani, G., Hammes, P. S., Ristof, C. D.; Abreu, S. R. de (2006). A participação do pai nos cuidados da criança segundo a concepção de mães. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 579-587.

Costa, C. S. L. Da; Cia, F., & Barham, E. J. (2007). Envolvimento materno e desempenho acadêmico: comparando crianças residindo com a mãe e com ambos os pais. *Psicol. Esc. Educ.*, 11(2), 339-351.

Cunha, J.A., & Nunes, M.L.T. (1993). *Teste das Fábulas*. São Paulo: Centro Editor de Testes e Pesquisas em Psicologia.

Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância. Teoria e Prática*. Petrópolis: Vozes.

Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2001). *Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo*. Petrópolis: Vozes.

Dessen, M. A., & Braz, M. P. (2005). A família e suas interrelações com o desenvolvimento humano. In M. A. Dessen, & A. L. Costa Jr. (Eds.), *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 113- 131). Porto Alegre: Artmed.

Dian, S. V. & Nunes, M. L. T. (2008). Separação-individuação e complexo de Édipo: conflitos desenvolvimentais a elaborar. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia do Rio Grande do Sul*, 7(1), 20-33.

Falceto, O. G.; Fernandes, C. L.; Baratojo, C.; Giugliani, E. R. J. (2008). Fatores associados ao envolvimento do pai nos cuidados do lactente. *Ver. Saúde Pública*, 42 (6), 1034-1040.

Ferreira, M. H. & Araújo, M. S. (2001). A idade escolar: latência (6 a 12 anos). In C. L. Eizirik; F. Kapczinski; A.M.S Bassols, (Eds.). *O ciclo de vida humana: uma perspectiva psicodinâmica* (pp. 105-115). Porto Alegre: Artemed.

Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: O doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(3), 367-374.

Freud, S. (1924). A dissolução do complexo de Édipo. In *Obras completas de Sigmund Freud*. E.S. B. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

Furstenberg, F. & Nord, C. (1985). Parenting apart: patterns of childrearing after marital disruption. *Journal of Marriage and the Family*, 47, 893-904.

Gastaud, M. B., & Nunes, M.L. (2009). Preditores de abandono de tratamento na psicoterapia psicanalítica de crianças. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 31, 13-23.

Goetz, E. R., & Vieira, M. L. (2009). Percepções dos filhos sobre aspectos reais e ideais do cuidado parental. *Estud. Psicol. (Campinas)*, 26 (2), 195-203.

Grzybowski, L. S (2007). *Parentalidade em tempos de mudanças: desvelando o envolvimento parental após o fim do casamento*. Dissertação de Mestrado, não publicada. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Guedeney, A., & Dugravier. (2005). Édipo re-visitado? O complexo à luz do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, 7(1), 7-18.

Gutfreind, C. (2010). Narrar, ser mãe, ser pai & outros ensaios sobre a parentalidade. Rio de Janeiro: DIFEL.

Julien, P. (1997). *O manto de Noé – Ensaio sobre a Paternidade*. Rio de Janeiro: Revinter.

Kauffman, J. M. (2001). *Characteristics of emotional and behavioral disorders of children and youth*. New Jersey, OH: Merrill Prentice Hall.

Kehl, M. R. (2001). Lugares do masculino e do feminino na família. In M.C. Comparato, & D.S.F. Monteiro (Eds.), *A criança na contemporaneidade e a psicanálise* (pp. 29-38). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Laplanche, J., & Pontalis, J.B. (1995). *Vocabulário da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

Macedo, M. (2006). Latência e Adolescência: um olhar da psicanálise. *Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul*, 5(1), 9-16.

Marturano, E. M. (2004). Fatores de risco e proteção no desenvolvimento sócio-emocional de crianças com dificuldades de aprendizagem. In E. G. Mendes; M. A. Almeida; L. C. A. Williams (Eds.), *Avanços recentes em Educação Especial* (pp.159-165). São Carlos: EDUFSCa.

Mondardo, A. H., & Della Valentina, D. (1998). Psicoterapia infantil: ilustrando a importância do vínculo materno para o desenvolvimento da criança. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(3), 621-630.

Moreira, J. O. (2009). Revisitando o conceito de eu em Freud: da identidade à alteridade. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1(9), 230-244.

Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicol. Soc.*, 18 (1), 49-55.

Oliveira, D.; Siqueira, A.; Dell'aglio, D., Lopes, R. (2009). Impacto das Configurações Familiares no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes: Uma Revisão da Produção Científica. *Interação em Psicologia*, 12(1), 87-98.

Osório, L. C. (2002). O que é Família, Afinal? In L. C. Osório (Ed.). *Casais e famílias: uma visão contemporânea* (pp. 13-23). Porto Alegre: Artmed.

Petrini, J. C.; Alcântara, M. A. R. E Moreira, L. V. D. (2008). Desafios L estúdio de L família L seqüências. *Revista Krinein*, 5, 161-180.

Pratta, E. M. M.; & Santos, M. A. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicol. Estud.*, 12(2), 247-256.

Ramires, V. R. (2004). As transições familiares: A perspectiva de crianças e pré-adolescentes *Psicologia em Estudo*, 9, 183-193.

Ramires, V. (1997). *O exercício da paternidade hoje*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Ramos, D. M. dos, & Nascimento, V. G. do (2008). A família como instituição moderna. *Fractal Ver. Psicol.*, 20(2), 461-472.

Resende, V. R. (1996). Psicoterapia infantil e saúde mental preventiva. *Perfil*, nº.9 59-62.

Rocha, A. C., & Ferreira, E. A. P. (2006). Queixas identificadas em crianças e adolescentes atendidos pelo serviço de psicologia pediátrica de um hospital psiquiátrico. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 16(1), 32-46.

Silvares, E. F. M. (1996). É satisfatório o atendimento psicológico nas clínicas-escolas brasileiras? In R. M. L. L. Carvalho (Ed.). *Repensando a formação do psicólogo: da informação à descoberta. Coletânea do ANPEPP* (pp. 137-145). Campinas: Alínea.

Souza, C.L.C. & Benetti, S.P (2009). Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 200 a 2007. *Paidéia*, v.19, n.42, pp. 97-106.

Souza, R. M, & Ramires, V. R. (2006). Amor, casamento, família, divórcio...e depois, segundo as crianças. São Paulo: Summus.

Souza, R. M. (2000). Depois que papai e mamãe se separaram: Um relato dos filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 203-211.

Theborn, G. (2006). Sexo e Poder. *A família no mundo 1900-2000*. In E. D. Bilac. São Paulo: Contexto.

Vitale, M. A. F. (2002). Famílias Monoparentais: indagações. *Serviço social e Sociedade*, 71, 45-62.

Wagner, A. (2002). Possibilidades e potencialidades da família. A construção de novos arranjos a partir do recasamento. In A. Wagner (Ed.), *Família em Cena: tramas, dramas e transformações* (pp. 23-38). Petrópolis: Vozes.

Wagner, A; Ribeiro, L., Arteche, A., & Bornholdt, E. (1999). Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12, 147-156.

Winnicott, D. W. (1951). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In D. W. Winnicott. *Textos selecionados: Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

_____ (1982). *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (1983). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre, Artmed.

_____ (1994). *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artmed.

_____ (1999). *Tudo começa em casa*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (2000). *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.

ESTUDO EMPÍRICO

CRIANÇAS ORIUNDAS DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E BIPARENTAIS: AVALIAÇÃO DE DIFERENÇAS PSICOSSOCIAIS

CHILDREN FROM BIPARENTAL UPBRINGING AND SINGLE PARENT FAMILIES: COMPARATIVE PSYCHOSOCIAL EVALUATION

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo verificar possíveis diferenças entre crianças oriundas de famílias biparentais e crianças que coabitam apenas com a mãe, quanto aos aspectos psicossociais do desenvolvimento infantil. Foram avaliados os dados relativos ao comportamento (através do questionário CBCL – *Children Behavior Check List*), ao desenvolvimento cognitivo (Desenho da Figura Humana) e à presença ou ausência de conflitiva edípica (Lâmina 8 do Teste das Fábulas). Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva, retrospectiva e documental, visto que os dados avaliados são provenientes de pesquisa em escolas de ensino fundamental, material pertencente ao grupo de estudos “Formação, Avaliação e Atendimento em Psicoterapia Psicanalítica, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Tiellet Nunes. Foram utilizados os dados de 203 protocolos de crianças, dos sexos masculino e feminino, na faixa etária de seis a 12 anos. Quanto à análise do desenvolvimento cognitivo das crianças provenientes dos distintos contextos familiares, os resultados indicam que não existem diferenças significativas para as covariáveis sexo ($p= 0,756$), idade ($p= 0, 806$) e configuração familiar ($p=0,599$). Ou seja, o desenvolvimento cognitivo da criança pode se apresentar como normal ou alterado, e isto independe de sexo, faixa etária ou contexto familiar (monoparental ou biparental) em que ela se desenvolve. Do mesmo modo, a análise estatística do comportamento da criança, em relação às variáveis sexo ($p=0,228$), idade ($p=0,502$) e configuração familiar ($p=0,067$), não é considerada significativa. Quanto à presença ou ausência de conflitiva edípica, os resultados da análise desta tarefa evolutiva apontam nível de significância para presença deste conflito em crianças na faixa etária dos 10 aos 12, o que chama atenção, uma vez que crianças desta idade, independente do sexo, costumam ter este conflito mais elaborado. Os achados deste estudo vão ao encontro da literatura, que afirma que as principais diferenças psicossociais entre crianças não estão ligadas à configuração familiar em si.

Palavras Chave: configurações familiares, testes psicológicos, desenvolvimento infantil.

ABSTRACT: ABSTRACT: This study aims to identify possible differences between children from biparental upraising families and children who cohabited only with their mothers, regarding psycho-social aspects of child development. We evaluated the behavior data (through questionnaires CBCL – Children Behavior Check List), cognitive development (Drawing of the Human Figure) and the presence or absence of conflicting oedipal (Blade 8 – Test of Fables). This is a quantitative, descriptive, retrospective and documentary research, since the data is the result of data collecting in schools, data which belongs to the research group “Training and Evaluation Service in Psychoanalytic Psychotherapy, coordinated by Dr^a. Maria Lucia Tiellet Nunes. The study used data from 203 protocols for male and female children, from ages between six and 12 years. The analysis of the results from cognitive development of children coming from different family indicate that there are no significant differences for the covariates sex ($p = 0.756$), age ($p = 0.806$) and family setting ($p = 0.599$). The cognitive development of children may present as normal or altered, and this is independent of sex, age or family background (nuclear or single parent) in which they are developed. Similarly, the statistical analysis of children’s behavior in terms of gender ($p = 0.228$), age ($p = 0.502$) and family configuration ($p = 0.067$), is not considered significant. As for the presence or absence of conflicting oedipal the analysis indicates which statistical significance that this evolutionary task is not yet over for children aged 10 to 12, which draws attention, since children this age, regardless of gender, usually have this conflict more elaborated. The overall findings go against the literature, which states that the main psychosocial differences between children are not linked to family configuration per se.

Keywords: family configurations, psychological tests, child development

1 INTRODUÇÃO

A família, assim como as demais instituições, é um sistema complexo e, portanto, de difícil definição conceitual. Em todas as sociedades humanas, a instituição é responsável por propagar valores e normas sociais que estão inscritas em seu cerne. Do mesmo modo como ocorre na família, que se caracteriza por legitimar os padrões e as normas culturais que são internalizados pelo indivíduo, permitindo que o mesmo tenha acesso ao universo sociocultural (Ramos & Nascimento, 2008).

O significado da família é atribuído por cada pessoa de modo distinto. Sua definição está associada às experiências individuais vivenciadas em cada contexto. De acordo com Souza (1997) tais vivências estão ligadas ao nível de bem-estar e aos sentimentos compreendidos no ambiente familiar. Szymanski (2003) observa que cada família tem um modo particular de vivenciar suas emoções, criando uma “cultura” familiar com linguagem, crenças e valores próprios.

Conforme explica a literatura, a família é marcada por uma série de rápidas transformações internas, principalmente nas últimas décadas. Estas mudanças trouxeram consigo novos padrões de comportamento, que interferiram de forma abrupta em diversas esferas, afetando principalmente as relações estabelecidas nos âmbitos familiar e social. Pesquisas realizadas no Brasil nos últimos anos sobre a família têm revelado a diversidade existente em sua organização, seja com relação à sua composição, seja no que diz respeito à maneira como se dá a inserção dos indivíduos no contexto social (Romanelli, 2003; Sarti, 2003).

Estas transformações são decorrentes da maior expectativa de vida, do advento do divórcio, da queda nas taxas de mortalidade e dos novos papéis assumidos pela mulher, que passou a integrar mais fortemente o mercado de trabalho e obteve possibilidades de escolha quanto ao casamento, ao divórcio e a reprodução. Tendo em vista estes fatores, passou-se a destacar a valorização e a qualidade das relações estabelecidas em família (Bastos, Alcântara & Ferreira-Santos, 2002).

Com a aprovação do divórcio do Brasil vieram à tona algumas discussões acerca do bem-estar da família e, sobretudo, dos filhos de pais separados. No final dos anos oitenta, surgiram diversos estudos acerca das desordens psicológicas causadas pela dissolução da família nuclear (Morais & Koller, 2004). A Psicologia estava focada nos aspectos

negativos provocados pelo divórcio, negligenciando outros fatores que estariam relacionados ao bem-estar e à readaptação da criança que passava por este período de transição.

Pesquisas apontam que no Brasil, a partir do divórcio, passou-se a destacar problemas desencadeados por este episódio. Acreditava-se, por exemplo, que a presença de ambos os pais seria fundamental para que a criança desenvolvesse plenamente suas capacidades, em vista de que todo processo de separação implica em um período de crise. Sendo assim, se pressupunha que os filhos de pais separados teriam maiores dificuldades em diversas áreas se comparados às crianças pertencentes a uma família biparental, onde estariam presentes as figuras parentais (Morais & Koller, 2004).

Felizmente, a visão pessimista acerca do divórcio foi se dissipando e cedendo espaço a novos olhares. Houve, portanto, uma mudança de foco. Se antes se falava em demasia acerca das crises que poderiam acometer o sistema familiar, tais como o processo de separação conjugal, aos poucos se passou a valorizar o bem-estar atingido após esta etapa pelas famílias de distintos agrupamentos familiares (Morais & Koller, 2004).

Almeida, Peres, Garcia e Pellizzari (2000) relatam em um estudo baseado na análise funcional do processo de separação, que o estresse vivenciado pelos filhos está diretamente associado ao estresse entre os pais. O medo da criança em ser abandonada é uma das principais fantasias geradas a partir da separação conjugal.

Resultados de uma pesquisa realizada em 2002 indicam que o ajustamento dos filhos dura em média de dois a três anos após o divórcio, considerando que exista uma relação estável entre os pais após este marco. Diversos estudos apontam que o modo como os pais se relacionam interfere tanto de maneira positiva como de forma negativa no processo de enfrentamento dos filhos, sobretudo crianças (Almeida et al., 2000).

A partir do divórcio, portanto, tornaram-se mais freqüentes as novas formas de reagrupamento familiar. Atualmente encontram-se desde famílias chefiadas por apenas um dos progenitores, até famílias onde os casais continuam unidos, ou que estabeleceram novas relações conjugais após a separação. Hackner, Wagner e Grzybowski (2006) mencionam a coparentalidade como meio de os pais exercerem seu papel após o rompimento conjugal, estabelecendo regras e normas a partir desta nova realidade. Portanto, observam-se muitos estilos familiares na contemporaneidade.

Medeiros e Osório (2000) apontam para o crescimento do arranjo familiar formado por mãe e filhos a partir do final dos anos 1970 no país. Esta tendência revela recorrentes mudanças socioculturais. Sobre este aspecto, os autores explicam que se antes os

casamentos tinham por objetivo a reprodução, hoje este fator se encontra em segundo plano, cedendo espaço a outras aspirações, tais como a estabilidade econômica e social.

Bilac (2003) avalia que os múltiplos *status* familiares encontrados na contemporaneidade não dispõem de uma nomenclatura em relação à classificação de parentesco. A autora indaga: “Que tipos de relações são esperadas entre a criança e o segundo marido de sua mãe? Que relação se estabelece entre uma criança que reside com a mãe e a prole da segunda família de seu pai? Quem é parente e quem não é parente?” (p.36). Esta reflexão possibilitaria uma revisitação aos papéis sociais, de gênero e de parentesco, de modo a precisar as relações que estão se estabelecendo e como as mesmas estão sendo elaboradas. Esta seria uma tarefa empírica fundamental para a análise teórica, visto que ainda são escassos os estudos sobre este tema.

Diante das mudanças no que se refere às diferentes estruturas e agrupamentos familiares, cabe ressaltar que o ambiente familiar continua sendo considerado como um dos principais responsáveis pela forma como a criança se desenvolverá em diferentes contextos. A literatura aponta que as primeiras relações estabelecidas pela criança no âmbito familiar são fundamentais para a sua estruturação psíquica (Cecarelli, 2007).

Por estruturação psíquica se entende as capacidades afetivas, cognitivas e de sociabilidade que a criança vai desenvolvendo desde os primeiros anos. Estes aspectos são considerados essenciais para a formação de sua personalidade. Neste sentido, pode-se afirmar que o contexto familiar se apresenta para a criança em desenvolvimento como um norteador, através do qual são construídos significados e padrões de interação que ficarão assimilados em seu psiquismo, incidindo na maneira como se dará a sua singularidade (Bastos, Alcântara e Ferreira-Santos, 2002).

Romanelli (2003) aponta que, ao inserir-se no fluxo de práticas e rotinas cotidianas, a criança passa a dominar uma série de aptidões nos níveis cognitivo, afetivo e moral. Quando um ou mais destes quesitos apresentam-se deficitários, pode-se pensar que algo não está plenamente adequado em seu desenvolvimento. Deste modo, pode-se pensar que o processo de desenvolvimento infantil traz como base o bom envolvimento da criança com as primeiras figuras de apego. Para a Psicanálise, a presença das figuras parentais exerce extrema influência no modo como irá se constituir o psiquismo da criança.

A formação da identidade e da autonomia da criança tem início durante o processo de interação entre mãe e bebê, sendo que ambos recebem influências do meio sociocultural ao qual pertencem (Basso e Nunes, 2010). O movimento subjacente à dependência da criança com a mãe é marcado pelo processo de separação-individuação, imprescindível

para que haja um crescimento saudável. É durante esta etapa que o bebê dá início à sua diferenciação, podendo construir a sua própria identidade (Mahler, Pine & Bergman, 1975/2002).

Estudos sobre o desenvolvimento da criança apontam este processo como necessário para a aquisição de autonomia. Para isso, ela internaliza a figura da mãe, substituindo-a posteriormente por outros objetos (Basso e Nunes, 2010). Este marco é gerador de ansiedade para a criança e, para que a mesma obtenha êxito, é importante que haja um bom vínculo entre mãe e criança. Sobre este aspecto, autores afirmam que a condição psíquica adequada ou patológica depende do tipo de apego criado e representado durante este primeiro vínculo, uma vez que a mãe poderá transmitir tanto seus aspectos positivos quanto suas ansiedades, medos e conflitos. Neste último caso, podendo influenciar para o surgimento de sintomas (Silverman, 2005, Pine, 2004). O envolvimento da criança com a figura paterna também tem sido abordada pela literatura. Depois de reconhecida a importância do pai para o desenvolvimento da criança, os estudos sobre o tema ganharam destaque. No entanto, conforme apontam Souza e Benetti (2009), mesmo que seja inegável a maior participação do pai no cuidado e responsabilidade para com os filhos, os homens ainda mostram-se menos frequentemente envolvidos com os seus filhos do que as mães.

Basso e Nunes (2010), em estudo realizado acerca do processo de separação-individuação vivenciado por meninos e meninas em idade pré-escolar, concluíram que existem diferenças no modo como estes transitam por este evento. Ambos são marcados por vicissitudes que envolvem fatores relacionados às particularidades de cada sexo e de cada faixa etária, ultrapassando, portanto, a influência da família. Ao mesmo tempo, a pesquisa traz como dado importante as ressonâncias do meio familiar durante este período.

Para o bom desenvolvimento da criança nos níveis psíquico, emocional e afetivo, portanto, é necessário que a mesma tenha como base uma atmosfera de cuidado e proteção. Assim, poderá lidar de maneira mais satisfatória com situações imprevisíveis ou geradoras de crise ao longo de seu ciclo vital. Conforme afirma Kancyper (1999), o conflito que não é elaborado pela criança durante a infância se manifestará em uma fase posterior. Dian e Nunes (2008), por sua vez, referem que cada período do desenvolvimento infantil é marcado por tensões específicas. Muitas destas, porém, se não extinguidas, deverão se apresentar como sintomas psíquicos ou comportamentais.

Dian e Nunes (2008) propõem ainda que, para compreender o desenvolvimento da criança, do período de seu nascimento até a entrada na escola, que representa um

importante espaço social para além do universo familiar, é primordial abordar, além do processo de separação-individação, o conceito de Complexo de Édipo postulado por Freud. As autoras ressaltam que, quando estes marcadores psicológicos são bem elaborados pela criança, ela segue seu curso em direção à latência, sublimando suas energias para atividades sociais e de aprendizagem. Por elaboração, por sua vez, se entende o trabalho psíquico de atribuir significados aos eventos emocionais (Levy, 2005).

Ao mesmo tempo em que a criança caminha para a sua individuação, portanto, ela necessita que os pais a reconheçam como diferenciada das suas próprias histórias edípicas (Dian e Nunes, 2008). O complexo de Édipo é responsável pela estruturação psíquica do sujeito. É durante esta etapa que o mesmo fará a distinção entre os sexos e criará posicionamento frente à angústia de castração (Moreira, 2004).

Neste sentido, considera-se também o papel do pai como primordial para o desenvolvimento da criança. Ele atua como o terceiro, que cria condições para a conflitiva edípica, rompendo a simbiose entre mãe e bebê. Deste modo, o pai é representado como a figura responsável por impor as leis e os limites necessários para que a criança adquira habilidades sociais. Sabe-se, contudo, que este papel também pode ser desempenhado por outras pessoas que tenham relação de cuidado com a criança.

Estudos psicanalíticos sobre esta temática explicam que a resolução do complexo edípico conduzirá a criança a uma identificação com os pais, alcançando, deste modo, um período de constância objetal (Castro, 1998). Se a criança for bem sucedida, tanto com relação à passagem pela conflitiva edípica quanto pelo processo de separação-individação, conquistará autonomia, aprendendo a diferenciar o que é seu e o que pertence ao outro.

Considerando, deste modo, as etapas evolutivas vivenciadas pela criança para o desenvolvimento de seu psiquismo e de suas habilidades cognitivas e sociais, influenciadas pelo contexto familiar sob o qual serão criadas as condições necessárias para a ocorrência deste processo, Pratta e Santos (2007) afirmam que, em um cenário que se transforma rapidamente, o que pode gerar problemas é a ausência de um padrão de disciplina, culminando em práticas contraditórias por parte dos pais.

Do ponto de vista das transformações nos padrões familiares e sociais, portanto, a ausência de referenciais, representados pelas figuras parentais, leva a uma orientação pouco sólida quanto à conduta dos indivíduos. De acordo com Cecconello, De Antoni e Koller (2003), a falta de uma postura mais consistente por parte dos pais ou cuidadores

leva à internalização ou à externalização de problemas refletidos através do comportamento da criança.

Waldemar e Falceto (2010) afirmam que os filhos triangulados, ou seja, aqueles que estão envolvidos no conflito conjugal dos pais apresentam maior predisposição para desenvolver sintomas psiquiátricos. Em contrapartida, os filhos com menor grau de envolvimento neste tipo de conflito, são aqueles considerados “protegidos” dos sintomas.

Os pais representam o primeiro e maior modelo de referência para os filhos. É no ambiente familiar que a criança aprende quase todos os repertórios comportamentais. As autoras afirmam ainda que pesquisas recentes têm encontrado relação entre o comportamento pró-social (senso de justiça, solidariedade, entre outros) de crianças e práticas parentais voltadas para a educação e a empatia, independente do âmbito familiar. Diferenças na qualidade do afeto e das práticas parentais indicam um maior nível de sofisticação quanto ao raciocínio da criança. Sobre este aspecto, estudos revelam que, quando a família busca estabelecer desde cedo uma relação de diálogo, respeito e confiança, menos dificuldades a criança terá em lidar com situações estressoras ocorridas durante todo ciclo vital familiar (Koller e Bernardes, 1997, Drummond & Drummond Filho, 1998, Prust e Gomide, 2007)

Tendo em vista os fatores expostos quanto à família, suas gradativas modificações ao longo dos anos e suas possíveis implicações para a formação psicossocial da criança, têm-se como objetivo examinar de que modo os diferentes agrupamentos familiares influem para o bem-estar psíquico, afetivo e comportamental da criança. Com base em estudos realizados no Brasil sobre os temas mencionados, busca-se compreender se de fato existem diferenças em crianças que coabitam em um ou outro contexto familiar. Estas possíveis diferenças podem ser observadas na família, na escola e nas relações estabelecidas para além do âmbito familiar. As mesmas mostram-se principalmente através do comportamento, e estendem-se aos níveis psíquico, afetivo e emocional da criança.

1 OBJETIVO GERAL

Examinar características sociodemográficas e psicossociais de crianças oriundas de famílias monoparentais e biparentais.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1.2.1- Identificar dados sociodemográficos (sexo, idade, tipo de configuração familiar) de crianças oriundas de famílias monoparentais e biparentais.

1.2.2- Verificar dados psicossociais (desenvolvimento cognitivo, comportamento, presença ou ausência de conflitiva edípica) em crianças de ambos os contextos familiares citados.

1.2.3- Comparar se existem diferenças psicossociais entre crianças provenientes de famílias monoparentais em relação àquelas advindas de famílias biparentais.

2 MÉTODO

Este estudo está inserido no Grupo de Pesquisa "Formação, Avaliação e Atendimento em Psicoterapia Psicanalítica", coordenado pela Professora Dr^a Maria Lúcia Tiellet Nunes.

O estudo foi realizado através de uma pesquisa de abordagem quantitativa, descritiva (levantamento e estudos inferenciais de diferença entre grupos), e se alinha ao referencial metodológico da pesquisa documental, retrospectiva.

3 INSTRUMENTOS

3.1- Ficha de Informação sobre a Criança

3.2- Desenho da Figura Humana (Wechsler, 2003).

3.3- CBCL (*Child Behavior Check List*) – (Achenbach, 2001)

3.4- Lâmina 8 do Teste das Fábulas (Cunha e Nunes, 1993)

A Ficha de Informações sobre a Criança foi desenvolvida tendo por objetivo melhor conhecê-la, sendo deste modo uma complementação das informações levantadas

nos demais instrumentos, através de uma investigação dos dados sociodemográficos da criança.

O Desenho da Figura Humana é utilizado para avaliar questões referentes ao desenvolvimento cognitivo da criança. Para a execução da tarefa é fornecida uma folha branca e lápis preto para a criança e é solicitado que a mesma desenhe uma pessoa (Wechsler, 2003).

O CBCL (Achenbach, 2001) trata de categorizar comportamentos na área social e comportamental de crianças e adolescentes. Avalia a competência social e também problemas de comportamento na faixa etária de seis a 18 anos, a partir de informações fornecidas pelos pais (Bordin, Mari e Caeiro, 1995).

O Teste das Fábulas (Cunha e Nunes, 1993) é um instrumento projetivo com o intuito de analisar o desenvolvimento emocional. Relaciona-se à consolidação de algumas tarefas evolutivas da criança, como a fase da separação-individuação, rivalidade fraterna, questões edípicas, medos e ansiedades infantis. Na presente pesquisa, somente a Fábula número 8, do passeio, foi utilizada, visto que a mesma trata especificamente de buscar informações projetivas acerca da vivência da criança frente à situação edípica.

4 PARTICIPANTES

Os 203 sujeitos deste estudo são oriundos de protocolos de crianças de seis a 12 anos dos sexos masculino e feminino, provenientes de duas escolas públicas de Porto Alegre e de oito escolas públicas do interior do Rio Grande do Sul, cujos dados estão em um banco de dados já existente. Estas crianças foram escolhidas de forma aleatória e pertencem à categoria de não-clínicas. Para este estudo optou-se por selecioná-las conforme a configuração familiar. No caso, crianças provenientes de famílias nucleares biparentais e crianças oriundas de famílias monoparentais, definidas como sendo formadas por mãe e filhos, visto que há maior prevalência desta configuração no banco de dados analisado em detrimento às famílias monoparentais formadas por pai e filhos.

5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram obtidos através de protocolos já existentes no banco de dados do grupo “Formação, Avaliação e Atendimento em Psicoterapia Psicanalítica” e são derivados de trabalho realizado em outras pesquisas. Tal material, entretanto, é analisado a partir de nova perspectiva para os objetivos da presente dissertação.

Foram analisados a Ficha de Informações sobre a Criança, contendo os dados sociodemográficos, os instrumentos CBCL (*Children Behavior Check List*), para avaliar o comportamento da criança, o Desenho da Figura Humana, para verificar o desenvolvimento cognitivo, e a lâmina 8 do Teste das Fábulas, para avaliar presença ou ausência de conflitiva edípica.

Todos os dados foram analisados a partir da estatística descritiva através do programa estatístico SPSS para Windows versão 17.0, abrangendo médias, frequências e porcentagens para os dados relativos às informações sociodemográficas e psicossociais; para estudos de diferença entre grupos – crianças de famílias monoparentais ou biparentais foi utilizado o teste não paramétrico de Mann-Whitney e a Regressão de Poisson.

Realizou-se, primeiramente, uma análise bivariada, através da qual foram avaliados comportamento, desenvolvimento cognitivo e conflitiva edípica em relação ao tipo específico de configuração familiar. Na segunda análise, multivariada, a “configuração familiar” foi controlada para as variáveis “sexo e idade”, mostrando-se mais confiável que a primeira.

6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O presente trabalho faz parte de um material documental e os protocolos dos quais são oriundos os dados analisados são provenientes de pesquisa realizada anteriormente no grupo coordenado pela Prof. Dra. Maria Lucia Tiellet Nunes, aprovada na época (anexo).

7 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados foram interpretados à luz da teoria psicanalítica e da literatura psicossocial e de gênero. Os resultados da investigação serão apresentados e discutidos a partir das tabelas que resumem as análises realizadas.

Tabela 1 – Distribuição de frequências de Caracterização da Amostra

Variável	Frequência (%)
Sexo	
Masculino	90 (44,3%)
Feminino	113 (55,7%)
Idade	
6-7 anos	72 (35,5%)
8-9 anos	75 (36,9%)
10-12 anos	56 (27,6%)
Tipo de Escola	
Pública de Porto Alegre	155 (76,4)
Pública do interior do RS	48 (23,6)
Configuração familiar	
Família monoparental	53 (26,1%)
Família biparental	150 (73,9%)
CBCL*	
Clinico	77 (42,1%)
Não clínico	106 (57,9%)
Conflitiva edípica*	
Presente	82 (75,2)
Ausente	27 (24,8)
Desenvolvimento Cognitivo*	
Abaixo da média	119 (64,7%)
Normal/acima	65 (35,3%)

*Amostras válidas para Comportamento (CBCL) = 183; Conflitiva edípica (Teste das Fábulas) = 109; Desenvolvimento Cognitivo (Desenho da Figura Humana) = 184

Dentre os 203 protocolos de crianças que foram analisados nesta amostra, no que diz respeito à configuração familiar, 150 estão definidos como provenientes de famílias biparentais (pai, mãe e filhos) e 53 de famílias monoparentais (mãe e filhos). As famílias monoparentais constituídas por pai e filhos, foram excluídas desta amostra devido ao baixo número de protocolos (sete sujeitos).

Tabela 2 – Desenvolvimento Cognitivo versus Sexo, Idade e Configuração Familiar

	Teste		P [#]	RP bruta (IC95%)	RP ajustada* (IC95%)
	Alterado	Normal			
Sexo			0,756		
Masculino	51 (63,0)	30 (37,0)		0,97 (0,84;1,2)	0,96 (0,83;1,10)
Feminino	68 (66,0)	35 (34,0)		1,00	1,00
Idade			0,806		
6 a 7 anos	42 (67,7)	20 (32,3)		1,04 (0,87;1,23)	1,04 (0,88;1,24)
8 a 9 anos	43 (62,3)	26 (37,7)		0,98 (0,83;1,17)	0,97 (0,82;1,16)
10 anos ou mais	34 (64,2)	19 (35,8)		1,00	1,00
Configuração familiar			0,599		
Monoparental	33 (68,8)	15 (31,3)		1,06 (0,91;1,23)	1,07 (0,91;1,26)
Nuclear	86 (63,2)	50 (36,8)		1,00	1,00

*Razão de prevalências estimada pela regressão de Poisson múltipla

Teste de qui-quadrado exato

Na tabela 2 foram analisados os dados referentes ao desenvolvimento cognitivo da criança, avaliado a partir do Desenho da Figura Humana. De acordo com Bandeira, Costa e Arteché (2008), o Desenho da Figura Humana (DFH) é amplamente utilizado para avaliar o desenvolvimento cognitivo da criança. No Brasil é conhecido o sistema Wechsler de avaliação cognitiva, baseado nos sistemas de Harris, Koppitz e Naglieri (Wechsler, 2003).

Os resultados indicam que não existem diferenças significativas para as covariáveis sexo ($p= 0,756$), idade ($p= 0,806$) e configuração familiar ($p=0,599$). Ou seja, o desenvolvimento cognitivo da criança pode se apresentar como normal ou alterado, e isto independe de sexo, faixa etária ou contexto familiar (monoparental ou biparental) em que ela se desenvolve. Porém, chama atenção a predominância de frequências indicando desenvolvimento cognitivo alterado em todas as variáveis analisadas nesta amostra (sexo, idade e configuração familiar), em comparação às frequências para o desenvolvimento cognitivo considerado normal, conforme é possível observar na tabela 2. Na amostra investigada, as crianças são provenientes de escolas públicas, e moram em duas vilas com população de baixa renda em Porto Alegre. As demais são oriundas de cinco escolas de nível fundamental de cidades do interior do Rio Grande do Sul, também de baixa renda. As características da amostra sugerem que o desenvolvimento cognitivo alterado poderia estar

sendo causado devido à baixa estimulação familiar e escolar, o que se considera como fator de risco. Tais aspectos são vistos como indispensáveis para um processo de desenvolvimento adequado.

Diversos autores compreendem o desenvolvimento cognitivo infantil como uma troca com o meio sociocultural, físico e interpessoal (Santos, Borges, Pereira, Chalhub, Happé, Silva, Assis, Blanton, Parraga, Reis, Filho & Barreto, 2002; Oliveira, 1998). Resultados empíricos apontam que fatores de risco podem trazer alterações no desenvolvimento da cognição infantil. Eventos ligados à vida familiar, padrões individuais de comportamento e nível socioeconômico estão comumente associados ao processo de desenvolvimento cognitivo. Deste modo, o ambiente e a qualidade da estimulação recebida pela criança serão fatores preditores de um bom padrão de desenvolvimento.

Silva & Fleith (2008) afirmam que grande parte das crianças avaliadas com um bom nível de desenvolvimento cognitivo são provenientes de famílias com maior padrão de educação formal, maior flexibilidade quanto aos papéis exercidos pelos seus membros, menos situações de estresse na rotina familiar, maior participação dos pais na vida escolar dos filhos, dentre outros aspectos.

Até o início dos anos 1970, a maior parte dos estudos realizados sobre o desenvolvimento infantil tinha como base a interação entre mãe e filho. O papel paterno era visto como imprescindível para a ruptura simbiótica da díade mãe-bebê, ao passo em que a falta desta figura parental estava associada a dificuldades e conseqüências negativas para a saúde mental da criança (Falceto, Fernandes, Baratojo & Giugliani, 2008).

Conforme explicam estas autoras, a partir do engajamento da mulher em outros contextos para além da família, a presença paterna passou a ser requisitada pelas mães, que passaram a necessitar de maior apoio para a criação dos filhos. Concomitantemente, os pais começaram também a manifestar com maior veemência um desejo de interação mais íntima com os mesmos, modificando, portanto, o papel de pais essencialmente provedores. Algumas pesquisas têm mostrado que a presença paterna influi na qualidade do desenvolvimento cognitivo infantil. Diferente do modo de atuação da mãe na relação com a criança, a participação do pai introduz novidades e desafios aos filhos. Ambos, contudo, exercem papéis essenciais para a formação psíquica da criança (Falceto et al., 2008).

Estudos recentes indicam que o envolvimento da criança com o pai é também fundamental para o desenvolvimento da empatia, das competências sociais e da capacidade de regular as emoções. Ainda de acordo com Falceto et al. (2008), o tipo de vínculo formado entre criança e pai depende da relação estabelecida de ambos com a mãe, que

poderá atuar ou não como facilitadora. Além disso, a pesquisa realizada pelas autoras sobre o envolvimento do pai nos cuidados do bebê mostra que “a capacidade de regular as emoções parece estar mais associada com as experiências pai-filho do que mãe-filho” (p.1036). Sendo assim, existe um menor índice de transtornos de conduta e melhor qualidade de saúde mental em crianças, quando os pais estão diretamente envolvidos em seus cuidados, uma vez que a ausência total ou parcial desta figura tem sido cada vez mais associada a problemas emocionais e de desenvolvimento cognitivo para a criança.

Andrade, Santos, Bastos, Pedromônico, Almeida-Filho e Barreto (2005), em estudo de abordagem epidemiológica sobre o ambiente familiar e as condições de desenvolvimento cognitivo infantil, encontraram que, quando as mães estimulam seus bebês, por meio de uma variedade de experiências perceptivas, as mesmas contribuem para condições adequadas de desenvolvimento da cognição de suas crianças, trazendo conseqüências positivas em longo prazo. Estas autoras afirmam que o baixo nível socioeconômico associado à fragilidade das relações interpessoais e familiares pode predispor fatores de risco à criança, resultando em prejuízos quanto à linguagem, memória, habilidades sociais e resolução de problemas, dentre outros.

Um estudo brasileiro sobre o desenvolvimento psicossocial de crianças oriundas de um estrato social de baixa renda identificou que os ambientes considerados potencialmente danosos são aqueles onde existe pouca interação e investimento afetivo entre pais e filhos e níveis precários de organização familiar. Além disso, esta pesquisa identificou a influência da escolarização das mães para uma melhor qualidade na estimulação recebida pela criança, auxiliando, por exemplo, na ampliação de seu vocabulário, criando recursos de linguagem mais sofisticados (Andrade et al., 2005). Entretanto, apesar da grande importância da influência materna para a qualidade do desenvolvimento cognitivo em crianças, a pesquisa citada encontrou indicativos de que, as crianças com pior índice de desenvolvimento, avaliado a partir de escalas de desenvolvimento infantil e de qualidade do ambiente familiar, eram aquelas que não dispunham de cuidado paterno. Ou seja, a presença de um pai ou cuidador pode interferir de modo positivo na qualidade da estimulação e no desempenho da função materna.

Tabela 3 - Comportamento versus Sexo, Idade e Configuração Familiar

	Teste		P [#]	RP bruta (IC95%)	RP ajustada* (IC95%)
	Clínico	Não clínico			
Sexo			0,228		
Masculino	38 (47,5)	42 (52,5)		1,10 (0,95;1,27)	1,08 (0,94;1,25)
Feminino	39 (37,9)	64 (62,1)		1,00	1,00
Idade			0,502		
6 a 7 anos	25 (36,8)	43 (63,2)		0,90 (0,76;1,08)	0,91 (0,76;1,08)
8 a 9 anos	28 (43,8)	36 (56,3)		0,97 (0,81;1,16)	0,96 (0,80;1,15)
10 anos ou mais	24 (47,1)	27 (52,9)		1,00	1,00
Configuração familiar			0,067**		
Monoparental	25 (55,6)	20 (44,4)	¹	1,20 (1,01;1,41)	1,17 (0,99;1,39)
Nuclear	52 (37,7)	86 (62,3)		1,00	1,00

*Razão de prevalências estimada pela regressão de Poisson múltipla

Teste de qui-quadrado exato

Conforme se observa na tabela 3, a análise estatística do comportamento da criança em correlação às variáveis sexo ($p=0,228$), idade ($p=0,502$) e configuração familiar ($p=0,067$) não é considerada significativa. Estes resultados indicam novamente que os fatores determinantes para a existência de comportamentos adaptativos ou desadaptativos independem de sexo, faixa etária ou configuração familiar.

De acordo com Bolsoni-Silva, Silveira e Marturano (2008), dentre as variáveis que podem influenciar no aparecimento e/ou na manutenção de problemas de comportamento encontram-se as práticas educativas parentais. Para estas autoras, práticas positivas podem evitar o surgimento e/ou a manutenção de problemas de comportamento. Gomide (2006) explica que práticas parentais positivas se referem à expressão de afeto, imposição adequada de limites e promoção de comportamento moral. Gutfreind (2010) afirma que é importante que os pais atribuam significados às suas ações, possibilitando que a criança possa compreender o sentido de seus atos. O mesmo autor refere que “o sintoma dos menores é a sinalização de que algo não está bem na interação com os maiores” (p.57). Conforme explicam Bolsoni-Silva et al. (2008), os problemas de comportamento de crianças e adolescentes são mais comumente encontrados em famílias onde são exercidas

** Na análise bivariada, relacionando comportamento à configuração familiar, o resultado apresentou-se significativo ($p=0,039$). Porém, na segunda análise, multivariada, onde o comportamento foi controlado para idade e gênero, o tipo de família perdeu significância ($p=0,067$). Esta segunda análise é mais confiável porque elimina o efeito que poderia ser explicado por sexo ou idade.

práticas parentais negativas, que incluem abuso físico, moral ou sexual, negligência, ausência de atenção e afeto e falta de sentido às cobranças e imposições. Estas autoras chamam atenção para conflitos conjugais, isolamento social, baixo nível de instrução e problemas socioeconômicos como preditores de práticas parentais negativas.*

Ferriolli, Marturano e Puntel (2007) afirmam que estudos epidemiológicos têm mostrado taxas variáveis de problemas psiquiátricos e de comportamento em crianças e adolescentes. Dentre os mais prevalentes, encontram-se os transtornos de conduta, de atenção e hiperatividade e emocionais. As autoras apontam que as causas atribuídas ao desenvolvimento precoce destes problemas estão associadas a fatores de risco que vão ao encontro dos achados da pesquisa relatada acima por Bolsoni-Silva et al., (2008), tais como: desavenças conjugais, instabilidade financeira, histórico de transtorno psiquiátrico familiar, dentre outros. Como fatores de proteção, as autoras destacam a estimulação psicossocial, a imposição justa e justificada de regras e limites e o apoio de outras figuras auxiliares. Portanto, pode-se concluir que o comportamento da criança é diretamente influenciado pelas condições, favoráveis ou desfavoráveis, encontradas no contexto familiar. As figuras parentais, conforme exposto, exercem papel essencial para a prevenção e/ou manutenção de comportamentos positivos ou inadequados. Porém, para o bom andamento do desenvolvimento infantil nesta área, a configuração familiar aparece em segundo plano, sendo o primeiro ocupado pela qualidade das interações entre a criança e suas figuras parentais e pela estimulação recebida no lar.

Tabela 4 – Conflitiva Edípica versus Sexo, Idade e Configuração Familiar

	Teste		P [#]	RP bruta (IC95%)	RP ajustada* (IC95%)
	Presente	Ausente			
Sexo			0,114		
	Masculino	30 (66,7)	15 (33,3)	0,86 (0,73;1,02)	0,87 (0,75;1,02)
	Feminino	52 (81,3)	12 (18,8)	1,00	1,00
Idade			< 0,001		
	6 a 7 anos	18 (51,4)	17 (48,6)	0,67 (0,55;0,81)	0,67 (0,56;0,82)
	8 a 9 anos	32 (82,1)	7 (17,9)	0,91 (0,78;1,06)	0,90 (0,76;1,06)
	10 aos 12 anos	32 (91,4)	3 (8,6)	1,00	1,00
Configuração familiar			0,646		
	Monoparental	29 (78,4)	8 (21,6)	1,05 (0,89;1,24)	1,06 (0,90;1,25)
	Nuclear	53 (73,6)	19 (26,4)	1,00	1,00

*Razão de prevalências estimada pela regressão de Poisson múltipla

Teste de qui-quadrado exato

A análise estatística da tabela 4 indica se há presença ou ausência de conflitiva edípica em crianças dos sexos feminino e masculino. O Complexo de Édipo é considerado pela literatura psicanalítica como uma tarefa evolutiva essencial para o desenvolvimento do psiquismo e para a formação da identidade da criança. Torna-se, portanto, indispensável a sua investigação, pois, quando este marcador não é bem elaborado psicologicamente pela criança, podem se desencadear conflitos internos, com repercussões no comportamento e no psiquismo da criança.

Os dados estatísticos mostram-se significativos para a faixa dos 10 aos 12 anos, independente de sexo e de configuração familiar, denotando presença de conflitiva edípica para crianças desta idade. Entretanto, de acordo com a literatura psicanalítica, as crianças compreendidas nesta faixa etária, considerando um nível salutar de desenvolvimento, têm este conflito mais elaborado, seguindo para a entrada na latência. A elaboração do conflito edípico é marcada pelo recalçamento das pulsões sexuais investidas durante esta etapa, permitindo que os impulsos sexuais sejam dessexualizados e sublimados (Falcão, Veras e Macedo, 2005).

Zornig (2008) observa que a dimensão única da sexualidade na infância se refere à sua associação direta com a relação afetiva estabelecida entre a criança e os seus cuidadores. Assim, “ao cuidar de seu corpo, a criança está internalizando a função maternante de seus pais. Ao sentir uma excitação física, ela vai inicialmente precisar de adultos que acolham sua excitação desorganizada e lhe dêem um contorno simbólico e afetivo” (p. 76). Assim, as etapas do desenvolvimento libidinal devem ser pensadas não só

como privilegiadoras de zonas erógenas do corpo em um determinado momento do desenvolvimento global da criança, mas também como inscrições que se fazem no psiquismo a partir das relações estabelecidas entre a criança e os adultos que ocupam funções parentais.

Dentre as manifestações mais comuns da sexualidade infantil, encontram-se a masturbação e os jogos sexuais, considerados saudáveis e importantes ao desenvolvimento, visto que a criança inicia a exploração de suas zonas erógenas, de modo a descobrir o próprio corpo (Maia & Maia, 2005). Atualmente, percebe-se que as crianças, de modo geral, têm passado a frequentar mais precocemente as escolas e os espaços sociais, sobretudo devido à maior ausência da mãe, participante ativa do mercado de trabalho. A criança da contemporaneidade tem acesso a uma gama de estímulos, tanto da escola como da família e, mais recentemente, das mídias sociais. Portanto, as mesmas parecem entrar em contato mais cedo com algumas questões, dentre elas a da sexualidade, através da internet, dos programas de televisão e das letras de música, dentre outros tantos meios. A quantidade ilimitada de estímulos à criança sugere que as mesmas possam estar vivenciando mais precocemente as fases de desenvolvimento postuladas pela literatura, compreendidas em faixas etárias específicas (Maia e Maia, 2005).

De acordo com Aberastury e Knobel (1981) não é simples categorizar o que é esperado nas fases da infância e da adolescência, pois estes conceitos variam de acordo com a relação com o meio socioeconômico, político e cultural. Portanto, de acordo com o meio determinado, estas etapas são regidas por normas sociais vigentes implicitamente ou de forma explícita. Freud (1905) afirmou que a saída da infância e a chegada da puberdade consistiriam na passagem do auto-erotismo à procura de um objeto real. Deste modo, a adolescência seria, para Freud, uma reedição do Complexo de Édipo. Autores mais contemporâneos da Psicanálise explicam que, na época de Freud, o conceito de adolescência era outro. Atualmente, surgem novas perspectivas acerca do tema da sexualidade e da entrada na adolescência (Maia e Maia, 2005). Conforme Aberastury e Knobel (1981), na adolescência o aparelho psíquico já está estruturado, dando início a um processo de elaboração de ansiedades que começam no período da infância. Para estes autores, a utilização da genitalidade como função procriativa, avaliada a partir de uma dinâmica biopsicossocial, determina uma modificação essencial no processo de conquista da identidade.

Alguns estudos, sobretudo da área da pediatria, apontam que o período da puberdade, considerado etapa normal para o desenvolvimento da criança, têm sido

observado cada vez mais precocemente. Porém, ainda existem dificuldades em definir uma idade intermediária para o seu início, gerando controvérsias. Contudo, observa-se que algumas crianças têm desenvolvido mais cedo características de um corpo adulto, sobretudo as meninas, após a menarca (Monte, Longui & Calliari, 2001). Sobre este aspecto, Jardim (2005) aponta que as mudanças no corpo advindas com a puberdade abalam a estrutura edípica construída pelo sujeito na infância, posto que as novas identificações estarão marcadas por uma nova imagem do próprio corpo. Desta forma, ainda segundo esta autora, a diferenciação entre as posições masculina e feminina iniciada na infância pelo Complexo de Édipo é finalizada com a entrada da criança no período da adolescência.

Calligaris (2000) afirma que a adolescência, até meados do século XX, não era reconhecida como uma fase específica de desenvolvimento, sendo considerada apenas como uma faixa etária intermediária entre a infância e a fase adulta. Posteriormente, este período passou a ser caracterizado como uma etapa na qual ocorrem diversas transformações físicas e psicológicas, em que surgem comportamentos desafiantes e questionamentos sobre os padrões infantis. Assim, os principais fatores intrínsecos para que cada vez mais os jovens tenham experimentações sexuais precoces e outros comportamentos de risco são a falta de limites dos pais, a ausência de um deles ou de alguém que os represente, a permissividade da família, a mídia e os conceitos pouco claros e distorcidos na educação, dentre outros. Por outro lado, os principais fatores de proteção encontram-se no ambiente familiar, sobretudo quando está presente a figura paterna (Bredossian, Bredossian e Pessoa, 2006).

Na fase da adolescência, portanto, o cenário da conflitiva edípica é reconstituído, podendo mostrar-se ou não efetivo. Corso (2002) complementa que, para a criança, a perda o corpo infantil é vivida como um período de crise e luto. A autora refere que durante a infância a criança se prepara para os períodos subjacentes. Cada momento de elaboração, considerando o período edípico, a latência e a puberdade, vai deixando marcas no psiquismo que reaparecerão mais tarde. Corso (2002) afirma ainda que as fases de desenvolvimento não devem ser vistas de maneira estática. A autora exemplifica que na latência, por exemplo, mesmo que a criança tenha sublimado e deslocado suas energias para atividades lúdicas e sociais, ela pode romper com a suposta calma, pois este estado é também marcado pela fragilidade psíquica que aparece, muitas vezes, através de intensas explosões emocionais.

Mollo-Bouvier (2005) aponta para as mudanças ocorridas no que diz respeito à infância, sobretudo a partir das modificações nos papéis parentais, já referidas anteriormente neste estudo. Segundo este autor, o desenvolvimento psicológico padronizado que define e garante a normalidade social da criança deve ser questionado. Neste sentido, sugere-se que, atualmente, existem dificuldades em definir quando inicia e quando termina a infância. O mesmo ocorre com relação à adolescência, que parece se iniciar mais cedo e acaba sendo postergada. Sendo assim, o modo de encarar e postular o que é considerado adequado ou inadequado nestas etapas torna-se tarefa complexa.

A atual exposição do corpo e das intimidades fez com que crianças e adolescentes fossem reconhecidos como portadores de uma sexualidade, corroborando a tese postulada por Freud (1905) em *Três Ensaio sobre a Sexualidade*, na qual afirmava a sexualidade infantil. Esta mudança tem ampliado o foco para a sexualidade e, assim, produzindo uma nova identidade sexual. Autores contemporâneos afirmam que alterações hormonais que possibilitam o início da atividade sexual têm sido cada vez mais frequentes em crianças e jovens adolescentes (Bredossian et al., 2006). Os mesmos são atravessados pela cultura vigente e pelas mudanças vividas no contexto familiar, com pais mais permissivos e acesso mais fácil a todo tipo de informação.

Neste sentido, tanto o avanço tecnológico quanto a evolução dos costumes sofreram uma transformação vertiginosa, acarretando uma significativa mudança de hábitos. Além disso, a escola e as relações com os grupos de iguais tornaram-se importantes meios para a formação da identidade sexual da criança e do adolescente. Bredossian et al. (2006) apontam ainda que a precocidade quanto à iniciação sexual da criança e do adolescente também é proveniente de fatores sociais. Muitas vezes, estes jovens sentem-se pressionados pela ameaça de não-pertencimento aos seus grupos de iguais. Geralmente, isto ocorre quando o grupo toma a proporção de principal meio de identificação da criança e do adolescente. Deste modo, os jovens parecem estar mais expostos aos meios de comunicação, à estrutura de valores familiares e sociais, dentre outros. Estes aspectos podem favorecer ou dificultar o processo de desenvolvimento. O esperado é que exista uma concordância entre a maturidade física e psicológica.

Socialmente, espera-se que o indivíduo entre no período da adolescência por volta dos 12-13 anos, quando os caracteres sexuais começam a ficar mais evidentes. Contudo, o que se observa hoje, são crianças dos nove aos 10 anos portando-se como adolescentes, tanto na forma de vestir como nas atitudes e atributos físicos. Esta tendência, porém, se revela como uma construção social (Safra, 2006). Estudos referem que o desenvolvimento

sexual de meninos e meninas é afetado pelo ambiente familiar e apontam que o papel do pai pode ser determinante neste aspecto, atuando como peça fundamental à imposição de regras, limites e valores.

Deste modo, corroborando os achados da literatura com os resultados da análise de presença ou ausência de conflitiva edípica neste estudo, pode-se afirmar que o fato de crianças de 10 a 12 anos de idade apresentarem este conflito, pode significar que as mesmas estejam reeditando mais cedo esta etapa do desenvolvimento, em vista da maior estimulação que recebem da escola, dos meios sociais e da mídia. Pode-se pensar também na influência das modificações nos padrões aprendidos no lar, resultantes das mudanças no exercício das funções parentais.

O presente estudo indicou ainda que, para melhor compreensão acerca do desenvolvimento psicológico da criança, investigar o campo das relações familiares se torna fundamental. A literatura aponta que as principais fontes geradoras de problemas psicossociais em crianças são as situações familiares nas quais existem sérios conflitos conjugais, envolvendo violência física e verbal. Este impacto negativo pode trazer prejuízos à criança em diferentes âmbitos (Benetti, 2006), dentre eles naqueles estudados na presente investigação.

REFERÊNCIAS

Aberastury, A. & Knobel, M. (1981). *Adolescência Normal. Um enfoque Psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Achenbach, T. M. (2001). *Manual for the Child Behavior Checklist/6-18 and 2001 Profile*. Burlington: University of Vermont, Department of Psychiatry.

Andrade, S.A; Santos, D.N.; Bastos, A.C; Pedromônico, M.R.; Almeida-Filho, N.; Barreto, M.L. (2005). Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo infantil: uma abordagem epidemiológica. *Rev. Saúde Pública*, 39(4), 606-611.

Almeida, C.G.; Peres, E. A; Garcia, M.R.; Pellizzari, N.C. (2000). Pais separados e filhos: análise funcional das dificuldades de relacionamento. *Revista Estudos de Psicologia (PUC-Campinas)*, 17(1), 31-43.

Bandeira, D. R.; Costa, A.; Arteché, A. (2008). Estudo de validade do DFH como medida de desenvolvimento cognitivo infantil. *Psicol. Reflex. Crit.*, 21, (2), 332-337.

Basso, F. Nunes, & M.L.T. (2010). O processo de separação-indivuação em pré-escolares: diferenças de sexo e idade. *Técnicas projetivas com crianças*. In M.L.T. Nunes. (Ed.), (pp. 11-34). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Benetti, S. (2006). Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.19, n.2. p. 261-268.

Bilac, E.D. (2003). Família: algumas inquietações. In M. C. B. de Carvalho (Ed.), *A família contemporânea em debate* (pp. 29-38). São Paulo: EDUC/Cortez.

Bolsoni-Silva, A. T.; Paiva, Mariana Marzoque De; Barbosa, C. G. (2009). Problemas de comportamento de crianças/adolescentes e dificuldades de pais/cuidadores: um estudo de caracterização. *Psicol. clin.*, 21(1), 169-184.

Bordin, I. A. S.; Mari, J. J.; & Caeiro, M. F. (1995). Validação da versão brasileira do Child Behavior Checklist (CBCL) (Inventário de Comportamento da Infância e da Adolescência): dados preliminares. *Revista ABP – APAL*, 17(2), 55-66.

Borsa, J. C., & Nunes, M. L. T. (2008). Concordância parental sobre problemas de comportamento infantil através do CBCL. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 18(40), 317-330.

Bastos, A.C de S; Alcântara, M.A.R.; Ferreira-Santos, J.E (2002). Novas famílias urbanas. In Lordelo E. da R.; Carvalho A. M. A.; Koller, S. H. (Eds.), *Infância Brasileira e Contextos de Desenvolvimento* (pp. 99-135). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bowlby, J. (1969). *Apego. Apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Bredossian, A.A.A, Bredossian, L.B.P e Pessoa, N.B (2006). Contribuição ao estudo da sexualidade na adolescência: iniciação sexual precoce. Monografia não publicada. Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Calligaris, C. (2000). *Adolescência*. São Paulo: Publifolha.

Campos, M. A. S., & Marturano, E. M. (2003). Competência interpessoal, problemas escolares e a transição da meninice à adolescência. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 13, (25), 73-84.

Castro, M. G. (1998) *Inibições intelectuais e fuga frente ao conhecimento*. Dissertação de Mestrado, não publicada. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Ceccarelli, P. R. (2007). Novas configurações familiares: mitos e verdades. *Jornal de Psicanálise*. 40(42), 89-102.

Ceconello, A. M.; De Antoni, C.; Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicol. estud.*, 8(n. spe), pp. 45-54.

Corso, D. (2002). Édipo, latência e puberdade: a construção da adolescência. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, (23),18-30.

Cunha, J.A., & Nunes, M.L.T. (1993). *Teste das Fábulas*. São Paulo: Centro Editor de Testes e Pesquisas em Psicologia.

Dian, S. V., & Nunes, M. L. T. (2008). Separação-individuação e complexo de Édipo: conflitos desenvolvimentais a elaborar. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia do Rio Grande do Sul*, 7(1), 20-33.

Drummond, M. & Drummond Filho, H. (1998). *Drogas: a busca de respostas*. São Paulo: Loyola.

Falcão, C. N. B; Veras, J. F. E Macedo, M. M. K. (2005). Destinos do Édipo, destinos do sujeito. In Macedo M. M. K. (Ed.), *Neurose – leituras psicanalíticas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Falceto, O. G; Fernandes, C. L; Baratojo, C., & Giugliani, E. R J. (2008). Fatores associados ao envolvimento do pai nos cuidados do lactente. *Rev. Saúde Pública*, 42(6), 1034-1040.

Freud, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: Obras psicológicas completas: edição Standard Brasileira. (Vol. VII) Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1976b). Sobre as teorias sexuais das crianças (J. Salomão, Trad.). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. IX). Rio de Janeiro: Imago. 1908.

Ferriolli, S. H. T.; Marturano, E. M.; Puntel, L. P. (2007). Contexto familiar e problemas de saúde mental infantil no Programa Saúde da Família. *Rev. Saúde Pública*, 41(2), 251-259.

Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de Estilos Parentais. Modelo Teórico: Manual de Aplicação, Apuração e Interpretação*. Petrópolis: Vozes.

Gutfreind, C. (2010). Narrar, ser mãe, ser pai & outros ensaios sobre a parentalidade. Rio de Janeiro: DIFEL.

Hackner, I., Wagner, A., & Grzybowski, L. S. (2006). A manutenção da parentalidade frente a ruptura da conjugalidade. *Pensando Famílias*, 10(2), 73-86.

Jardim, G. (2005). Adolescência: do mito coletivo ao mito individual. *Imagário* 11(11), 35-46.

Kancyper, L. (1999). *Confrontação de Gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Koller, S. H., & Bernardes, N. M. G. (1997). Desenvolvimento moral pró-social: semelhanças e diferenças entre os modelos teóricos de Eisenberg e Kohlberg. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(2), 223-262.

Levy, R. (2005). Insight e elaboração. In C. L. Eizirik, R. Aguiar, S. Schestatsky, *Psicoterapia de Orientação Analítica Fundamentos Teóricos Clínicos* (pp. 268-286). Porto Alegre: Artmed.

Maia, A. C. B., & Maia, A. F. (Eds.) (2005). Sexualidade e Infância. *Cadernos Cecemca*. Bauru, Unesp; Brasília, MEC.

Mahler, M. Pine, F., & Bergman, A. (1975). *O nascimento psicológico da criança: simbiose e individuação*. Porto Alegre: Artmed. 2002.

Medeiros, M., & Osorio, R. (2000). Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil -1978 a 1998. Forum "As Transformações Recentes da(s) família(s) brasileiras". *Reunião da Associação Brasileira de Antropologia*, Brasília.

Mollo-Bouvier, S. (2005). Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. *Educ. Soc.*, 26(91), 391-403.

Monte, O., Longui, C. A., Calliari, L. E. P. (2001). Puberdade precoce: dilemas no diagnóstico e tratamento. *Arq Bras Endocrinol Metab.*, 45(4), 321-330.

Morais, N. A., & Koller, S. H. (2004). Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano, Psicologia Positiva e Resiliência: Ênfase na saúde. In S. H. Koller (Ed.), *A ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil*. (pp.91-108). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Moreira, J. (2004). Édipo em Freud: o movimento de uma teoria. *Psicologia em Estudo (Maringá)*, 9(2), 219- 227.

Oliveira, A. E., (1998). Modelos de risco na psicologia do desenvolvimento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 14,19-26.

Osório, L. C. (2002). O que é Família, Afinal? In L. C. Osório (Ed.). *Casais e famílias: uma visão contemporânea* (pp. 13-23). Porto Alegre: Artmed.

Pine, F. (2004) Mahler's Concepts of "Symbiosis" and Separation-individuation: Revisited, Reevaluated, Refined. *Journal of The American Psychoanalytic Association*, 52(2), 512 -533.

Pinheiro, M. I. S. et al. (2006). Treinamento de habilidades sociais educativas para pais de crianças com problemas de comportamento. *Psicol. Reflex. Crit.*, 19 (3), 407-414.

Pratta, E. M. M., & Santos, M. A. dos. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicol. estud.*, 12(2), 247-256.

Prust, L. W.; Gomide, P. I. C. (2007). Relação entre comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes. *Estud. psicol. (Campinas)*, 24(1), 53-60.

Ramos, D. M. Dos, & Nascimento, V. G. do. (2008). A família como instituição moderna. *Fractal Rev. Psicol.*, 20(2), 461-472.

Romanelli, G.(2003). Autoridade e poder na família. In M. C. B. de Carvalho (Ed.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez.

Safra, G. (2006). *Desvelando a memória do humano: o brincar, o narrar, o corpo, o sagrado, o silêncio*. São Paulo: Edições Sobornost.

Santos, D. N., et al. (2002). Epidemiologia do desenvolvimento cognitivo de escolares em Jequié, Bahia, Brasil: procedimentos de avaliação e resultados gerais. *Cad. Saúde Pública*, 18(3), 723-733.

Sarti, A. C. (2003). Família e individualidade: um problema moderno. In M. C. B. Carvalho (Ed.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez.

Silva, P. V. C., & Fleith, D. S. (2008). A influência da família no desenvolvimento da superdotação. *Psicol. esc. educ.*, 12(2), 337-346.

Silverman, D. (2005) Early Developmental Issue Reconsidered: Comentary on Pine's ideas on symbiosis. *Journal of The American Psychoanalytic Association*, 53(1), 239 -251.

Souza, A.M.N. (1997). A família e seu Espaço: uma proposta de terapia familiar. Rio de Janeiro: *Agir*.

Souza, C.L.C. & Benetti, S.P (2009). Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 200 a 2007. *Paidéia*, v.19, n.42, pp. 97-106.

Waldemar, J.O.C & Falceto, O.G. (2010). A família como porta de entrada para a abordagem integral da criança e do adolescente. In: *Manual de Terapia Familiar*. L.C. Osório e M.E.P do Valle (orgs). Porto Alegre: Artmed.

Wechsler, S. (2003). *DFH III: O desenho da figura humana: Avaliação do desenvolvimento cognitivo de crianças brasileiras*. Campinas, SP: Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Winnicott, D. W. (1983). O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre, Artmed.

Zornig, S., & Abu-Jamra, M. (2008). As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões. *Psicol. estud.*, 13(1), 73-77.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

Ao término da presente dissertação de mestrado, algumas considerações são apresentadas com base no material exposto anteriormente. Em síntese, o objetivo geral do presente estudo foi compreender as possíveis diferenças psicossociais entre crianças que habitam famílias monoparentais e biparentais. Especificamente, foram avaliadas características de comportamento, aspectos do desenvolvimento cognitivo e presença ou ausência de conflitiva edípica nas crianças da amostra, visto que, durante o período de desenvolvimento, as mesmas podem apresentar dificuldades nestes âmbitos. Foram levadas em consideração as transformações sociais, culturais e familiares ocorridas nos últimos anos em âmbito nacional, aspectos que poderiam ocasionar implicações quanto ao bem-estar afetivo, comportamental e escolar da criança.

Inicialmente, foi possível compreender, segundo os achados da literatura apresentada, que as mudanças socioculturais presentes na contemporaneidade têm incidido de maneira permanente nas relações familiares. Não se trata apenas de modificações na estrutura familiar, na qual se encontram desde famílias formadas por apenas um dos progenitores e filhos até famílias homoparentais e recasadas, dentre outros tantos modelos. As relações familiares estão diferentes devido às mudanças que ocorreram quanto aos papéis sexuais e de parentesco, de modo que os pais têm participado de forma mais ativa da vida de seus filhos, ao mesmo tempo em que as mães têm requisitado mais frequentemente este movimento de aproximação. Estes fatores indicam padrões mais igualitários de interação quanto à concepção de cuidados e de provimento econômico nas famílias brasileiras.

Do mesmo modo como exposto na literatura investigada, este estudo concluiu que, para um bom padrão de desenvolvimento psicossocial, é necessário que a criança tenha uma base sólida quanto aos cuidados afetivos, educativos e emocionais encontrados na relação que estabelece desde o nascimento com as primeiras figuras de apego. Trata-se, portanto, da importância que as funções parentais desempenham, de forma simbólica e também efetiva, para a formação primordial da criança. Estas funções, conforme se observa, podem ser exercidas por outras figuras que não essencialmente os progenitores, tendo como requisito o investimento afetivo (função materna) e a imposição de regras,

valores e limites (função paterna) necessários para o bom padrão de desenvolvimento em diferentes esferas.

Desta forma, quanto aos aspectos estudados acerca do desenvolvimento psicossocial infantil, pode-se concluir que o mesmo compreende um conjunto de tarefas relevantes para cada estágio no ciclo da vida, definidas de acordo com os contextos culturais em que o indivíduo se desenvolve. Entretanto, uma vez cumpridas, as tarefas não perdem importância. Embora sua importância possa declinar, diminuir em relação a questões que vão surgindo, as tarefas permanecem importantes para a adaptação ao longo do tempo. A resolução bem sucedida de uma questão relevante em um estágio do desenvolvimento aumenta a probabilidade de ajustamento bem sucedido em etapas posteriores (Campos e Marturano, 2003).

A relevância deste estudo reside, então, na possibilidade de compreender as novas estruturas familiares e o modo como a criança se desenvolve frente às modificações socioculturais e nos papéis parentais. Na prática, observa-se que ainda existem mitos sobre a qualidade do desenvolvimento da criança que habita outros contextos para além da família nuclear tradicional. Souza e Ramires (2006), sobre este aspecto, afirmam que embora não existam evidências que fundamentem a idéia de que é a composição da estrutura familiar por si só que determina as dificuldades infantis ou adolescentes, “não há como negar que a família tem se afastado cada vez mais do padrão conjugal nuclear” (p.147).

Por fim, pode-se dizer que o presente estudo representa um recorte sobre o tema das transformações familiares e se propôs a investigar como as mesmas poderiam incidir sobre o processo de desenvolvimento da criança. Nesta pesquisa, verificou-se que, o modo como a criança irá se desenvolver não depende diretamente da configuração familiar da qual faz parte. Ainda que a criança vivencie durante seu ciclo vital algum tipo de crise, que pode ser desencadeada por perdas, divórcio dos pais ou reorganização familiar, o modo como um evento estressor irá incidir negativamente em seu processo de desenvolvimento, causando algum tipo de prejuízo, dependerá de seus recursos internos, adquiridos nas interações do ambiente familiar, e das figuras de suporte nas quais a criança se apoiará para enfrentar as possíveis crises.

As contribuições deste estudo, portanto, vão de encontro aos objetivos da mestranda, primeiro, de desmistificar determinados pré-conceitos referentes ao desenvolvimento da criança que se desenvolve sem uma das figuras parentais, visto que este é um tema que ainda suscita dúvidas e discussões, mesmo que hoje em menor escala,

desde o surgimento de novas formas de agrupamento. No trabalho clínico este é um assunto ainda recorrente, muitas vezes gerador de crises e desencadeador de sofrimento. Depois, estes achados contribuíram para uma leitura mais focada e aprofundada do tema no contexto sociocultural brasileiro, a fim de traçar um panorama de como se transformam e como são encaradas as novas estruturas familiares em nosso meio. Por isso, foram investigados principalmente materiais da literatura nacional.

As limitações da pesquisa são aquelas inerentes aos estudos retrospectivos: algumas questões que surgiram para a mestranda não tiveram como ser respondidas, haja vista que as variáveis que poderiam ter sido investigadas não constavam do banco de dados, tais como as especificidades de cada família, se oriundas de divórcio, perda por morte, recasamento, dentre outros, incluindo ainda nível de escolaridade dos pais, o que possibilitaria, através destes dados, realizar uma avaliação da qualidade das relações estabelecidas em cada um dos agrupamentos. Portanto, o tema necessita de outras investigações, considerando sua amplitude e complexidade.

Referências

Campos, M. A. S., & Marturano, E. M. (2003). Competência interpessoal, problemas escolares e a transição da meninice à adolescência. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 13, (25), 73-84.

Souza, R. M, & Ramires, V. R. (2006). Amor, casamento, família, divórcio...e depois, segundo as crianças. São Paulo: Summus.



Ofício 980/06-CEP

Porto Alegre, 21 de agosto de 2006.

Senhor(a) Pesquisador(a):

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 06/03262, intitulado: **“Evidências de validade para o teste gestáltico visomotor Bender em crianças”**.

Sua investigação está autorizada a partir da presente data.

Relatórios parciais e final da pesquisa devem ser autorizadas a partir da presente data.

Atenciosamente,


Prof. Dr. José Roberto Goldim
COORDENADOR DO CEP-PUCRS

Ilmo(a) Sr(a)
Profa Maria Lucia Tiellet Nunes e Acad Roselaine Berenice Ferreira da Silva
N/Universidade